

A large, fan-shaped seed head of a grass plant, likely a species of Panicum, dominates the right side of the image. The seed head is composed of numerous thin, radiating stems, each ending in a small, dark, triangular seed. The background shows a vast, open field of similar grasses under a sky with scattered white clouds. In the distance, there are rolling green hills.

Relatório de Gestão Integrado 2018

Relatório de
Gestão
Integrado 2018





Bem-vindos

O Relatório integrado de Gestão do Ministério do Meio Ambiente - Ano 2018 está assim estruturado:

 **Apresentação do Relatório Integrado de Gestão 2018** com os principais objetivos, prioridades, resultados e desafios de sua gestão.

1 Visão Geral do Ministério

Apresenta a estrutura organizacional do órgão e o perfil dos servidores;

2 Modelo de Governança

Capítulo que trata do modelo de governança, gestão de riscos, planos de integridade, controles internos e canais de comunicação com a sociedade;

3 Planejamento Estratégico

Contém informações sobre o Mapa Estratégico e sua metodologia de formulação, modelo de gestão da estratégia, envolvimento da alta direção e principais perspectivas e desafios;

4 Resultados Ambientais

Capítulo que traz as agendas estratégicas do Ministério e seu foco de atuação descritos através das suas iniciativas estratégicas;

5 Desempenho da Gestão

Seção que reflete os processos estruturantes e bases para a ação diretamente ligados aos resultados estratégicos do Ministério;

6 Demonstrações Contábeis

Parte que demonstra a situação e a gestão financeira, orçamentária e patrimonial no exercício.



Apresentação do Relatório de Gestão Integrado 2018



O Ministério do Meio Ambiente - MMA, cumprindo o dever legal de apresentar a prestação de contas aos órgãos de controle, nos termos da Instrução Normativa do Tribunal de Contas da União - TCU nº 63, 1º de setembro de 2010, da Instrução Normativa TCU nº 72, de 15 de maio de 2013, da Decisão Normativa TCU nº 170, de 19 de setembro de 2018, da Decisão Normativa TCU nº 172, de 12 de dezembro de 2018 e, Portaria TCU nº 369, de 17 de Dezembro de 2018, elaborou relatório de gestão sobre suas realizações concluídas em 31 de dezembro de 2018.

As informações apresentadas no relatório, refletem os resultados estratégicos da agenda ambiental conforme a estrutura regimental definida pelo Decreto nº 8.978, de 24 de janeiro de 2017, Decreto nº 9.085, de 29 de junho de 2017, Portaria MMA nº 483, de 22 de dezembro de 2017, Portaria nº 324, de 09 de agosto de 2018 e Portaria nº 466, de 20 de dezembro de 2018.

Em 2018, a estrutura do MMA era composta pelas seguintes unidades: Secretaria Executiva (SECEX), Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental (SAIC); Secretaria de Biodiversidade (SBio); Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável (SEDR); Secretaria de Mudanças Climáticas e Florestas (SMCF); Secretaria de Recursos Hídricos e Qualidade Ambiental (SRHQ), Fundo Nacional sobre Mudança do Clima (Fundo Clima), Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA) e Serviço Florestal Brasileiro (SFB).

Ministro de Estado do Meio Ambiente Ricardo Salles

MUDANÇA DO CLIMA COM FOCO NA PROTEÇÃO E PRODUÇÃO FLORESTAL



- ✔ Mais de 1 milhão de hectares de concessão florestal nas Florestas Nacionais até 2018;
- ✔ Inventário Florestal Nacional concluído em 14 estados, o equivalente a 350 milhões de hectares;
- ✔ Fundo Amazônia aprovou 11 projetos no valor de R\$ 379 milhões;
- ✔ Proteção da Camada de Ozônio, com a redução de 36,92% do consumo de HCFCs;
- ✔ Destinados R\$ 6,7 milhões para 16 municípios por meio do Fundo Nacional e Fundo Clima;
- ✔ 131 sistemas de dessalinização executados apenas em 2018.

BIODIVERSIDADE E INCLUSÃO SOCIOAMBIENTAL



- ✔ 5,4 milhões de imóveis rurais (466.460.897 ha) cadastrados no Sicar até 2018;
- ✔ 2.974 espécies da fauna e da flora brasileira ameaçadas de extinção que estão contempladas por instrumentos de recuperação e conservação;
- ✔ 26,3% do território marinho coberto por Unidades Conservação;
- ✔ 45 mil cadastros de acesso ao patrimônio genético ou ao conhecimento tradicional associado no SisGen.

RECURSOS HÍDRICOS E QUALIDADE AMBIENTAL



- ✔ R\$ 2,2 milhões investidos em municípios para desenvolvimento de ações de revitalização de bacias;
- ✔ 62,5% do território nacional está coberto por Planos Estaduais de Recursos Hídricos;
- ✔ 55% dos municípios brasileiros com Planos de Resíduos Sólidos elaborados;
- ✔ 69% do território nacional possui diretrizes de uso e ocupação sustentáveis definidas por meio de iniciativas de ZEE Federais;
- ✔ Agenda Ambiental na Administração Pública – A3P firmou, em 2018, 62 novas adesões, de um total de 412;
- ✔ 2.463 gestores estaduais e municipais foram capacitados em educação ambiental.

É importante destacar que, a partir de 2019, a responsabilidade pela implementação das agendas de Concessões Florestais, Inventário Florestal Nacional, Cadastro Ambiental Rural e Fomento Florestal em Escala Comunitária e Familiar são agora de responsabilidade do Ministério da Agricultura, uma vez que o Serviço Florestal Brasileiro e suas atribuições, por força da Medida Provisória 870 de 1º de janeiro de 2019, e Decreto nº 9.667, de 02 de janeiro de 2019, não mais fazem parte da estrutura do Ministério do Meio Ambiente. Ademais, por força da mesma medida provisória e do Decreto nº 9.666, de 02 de janeiro de 2019, as agendas de Revitalização de Bacias Hidrográficas, Política Nacional de Recursos Hídricos e Programa Água Doce – PAD, são agora de responsabilidade do Ministério do Desenvolvimento Regional.

SUMÁRIO

1 Visão Geral do Ministério

- Estrutura Organizacional
- Força de Trabalho

4 Resultados Ambientais

- Mudança do Clima com Foco na Proteção e Produção Ambiental
- Biodiversidade e Inclusão socioambiental
- Recursos Hídricos e Qualidade Ambiental

2 Modelo de Governança

- Governança Corporativa
- Modelo de Governança
- Política de Gestão de Riscos
- Programa de Integridade
- Relacionamento com a Sociedade

5 Desempenho da Gestão

- Informação e Integração
- Painéis de Informação
- Eficiência Operacional
- Gestão de Pessoas
- Infraestrutura e Tecnologia da Informação

3 Planejamento Estratégico

- Metodologia de Formulação
- Envolvimento da Alta Administração
- Mapa Estratégico
- Modelo de Gestão da Estratégia
- Principais perspectivas e desafios

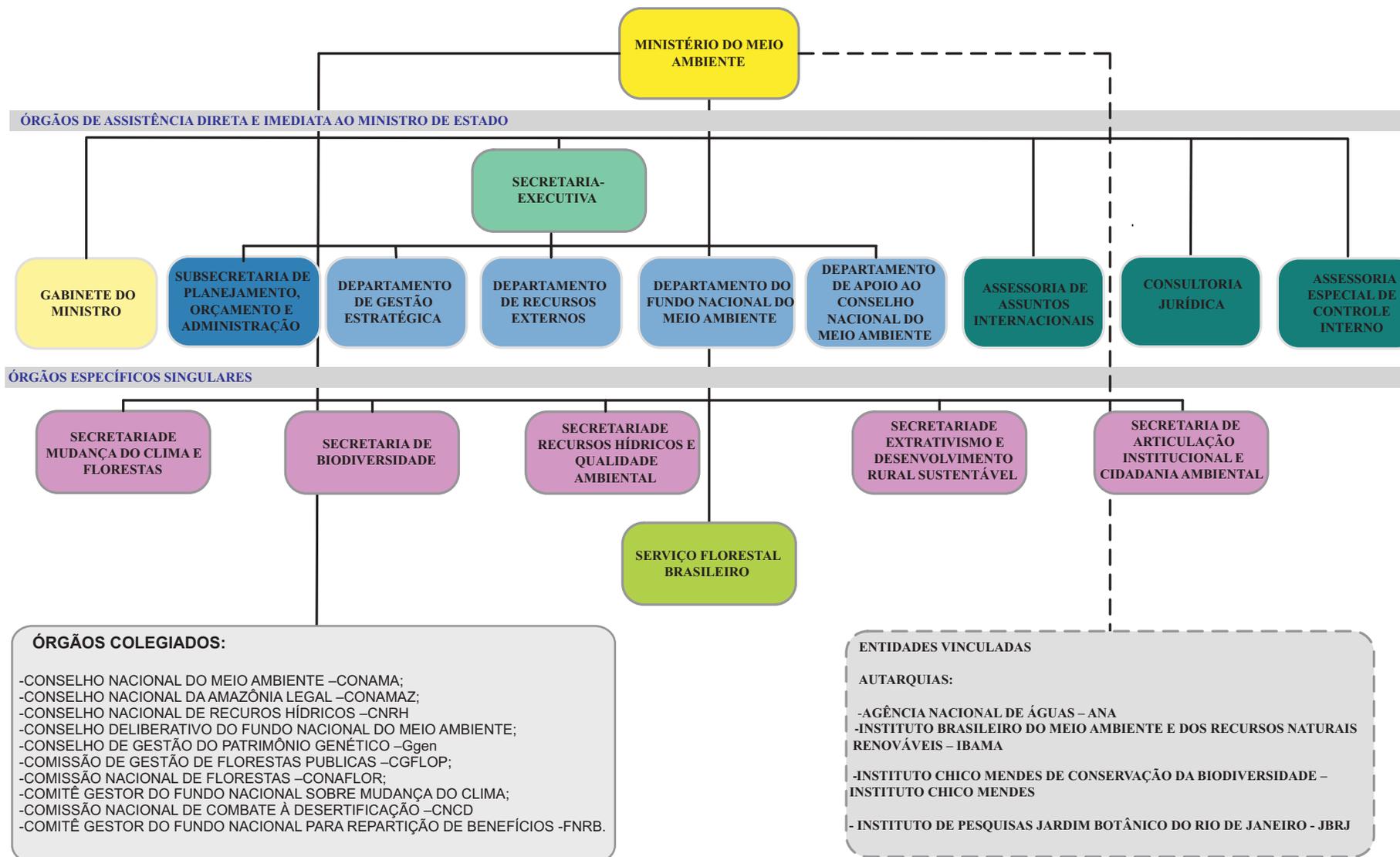
6 Demonstrações Contábeis

- Declaração da Contadora
- Demonstrações Contábeis e Notas explicativas



Visão Geral do Ministério

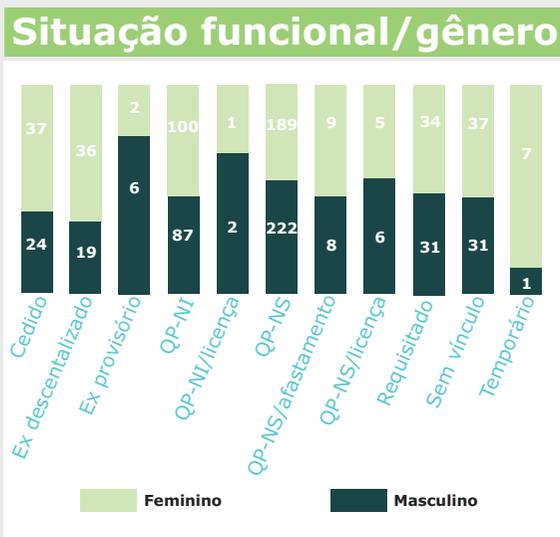
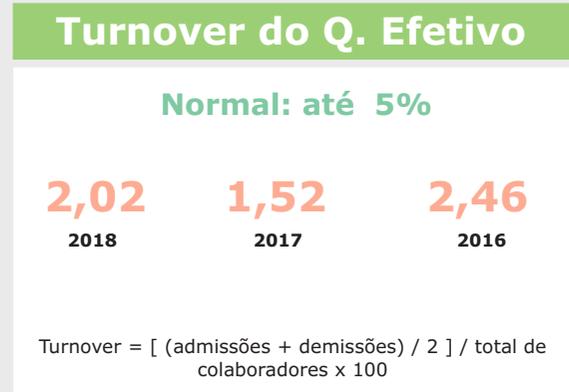
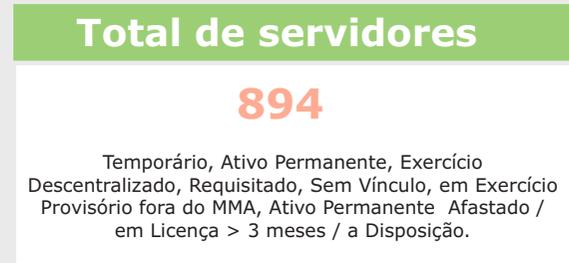
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE - MMA
ORGANOGRAMA



Legenda:

— SUBORDINADO

- - -VINCULADO





Governança

Governança Corporativa



Visando melhor organizar os processos e estruturas de gestão, para informar, dirigir, administrar, integrar e monitorar as atividades da organização, com a participação da alta direção, o MMA publicou, em 29 de outubro de 2018, a Portaria nº 409, que institui a Política de Governança, Riscos e Controles do Ministério do Meio Ambiente.

Modelo de Governança

Mapa Descritivo

Conselho de Governança, Gestão de Riscos e Controles
CONSEGOV

Comitê de Governança
CGOV

Subcomitês de Governança
SGOV

Núcleos de Governança, Gestão de Riscos e Controles
NGO

Essas instâncias objetivam organizar o fluxo de informação da instituição para garantir que todas as decisões relacionadas à estratégia, aos riscos e aos controles sejam feitas de forma integrada e compartilhada por todos os níveis organizacionais, desde do operacional ao da Alta Administração.





Política de Gestão de Riscos

A gestão de riscos no MMA teve seu primeiro marco regulatório estabelecido pela Portaria nº 415, de 26/10/2017, que Instituiu o Comitê de Governança, Riscos e Controles – CGRC e o Subcomitê de Gestão de Riscos – SGR no âmbito do Ministério do Meio Ambiente e dá outras providências. As referidas instâncias, compostas pela alta administração do MMA, objetivavam adotar medidas para a sistematização de práticas relacionadas à gestão de riscos, controles internos e governança no âmbito do órgão, além de ser responsável pela aprovação da Política de Gestão de Riscos.

Em 2018, o CGRC se reuniu para, dentre outros assuntos, deliberar sobre a Política de Gestão de Riscos do MMA, elaborada pelo SGR.

A reunião foi conduzida pelo então ministro substituto do Meio Ambiente, Edson Duarte, e foi aprovada sem alterações. Assim, em 26 de abril de 2018, foi publicada a Portaria nº 126, que Instituiu a Política de Gestão de Riscos do

Ministério do Meio Ambiente.

Ainda em 2018, com o objetivo de melhor organizar os processos e estruturas de gestão, foi publicada a Portaria nº 409, de 29 de outubro de 2018, que instituiu a Política de Governança, riscos e Controles do MMA.

A Política visa a integração das informações gerenciais, proporcionando a melhor administração e monitoramento das atividades da organização.

O normativo conta com a participação da alta administração, o que favorece o contínuo monitoramento dos projetos e dos processos priorizados, tendo como produto a produção de informações íntegras e confiáveis.

Tendo em vista que a Política integra gestão de riscos, controles e governança, as portaria nº 415/2017 e nº 126/2018, foram revogadas.

A Portaria nº 409/2018, em seu Capítulo III, estabelece os princípios, objetivos e meios de operacionalização da Política de Gestão de Riscos do MMA. Dentre outros pontos, a política determina que:

- Deverá ser implementada de forma a priorizar processos ou iniciativas

estratégicas cujos riscos impeçam ou dificultem o alcance dos objetivos definidos no planejamento estratégico;

- Deverá estar associada ao modelo de gestão do planejamento estratégico, inclusive no que se refere à sua periodicidade de monitoramento, para fins de otimização da gestão;

Com objetivo de subsidiar a implementação da Política de Gestão de Riscos no MMA, em 2018, foi finalizado o projeto piloto de gestão de riscos para a temática de projetos de recursos externos. Durante o projeto foram finalizadas as etapas de identificação, análise, avaliação e priorização dos riscos para o processo em questão. A conclusão do projeto se materializou na apresentação do produto Plano de Resposta ao Risco, que deverá ser implementação em 2019.

Ainda em relação a 2019, o desafio é elaborar uma metodologia que possa ser aplicada para outras unidades da instituição e implementar um sistema informatizado que possa dar suporte ao monitoramento dos planos de resposta aos riscos.

Programa de Integridade

Em março de 2018, por meio da Portaria nº 34/2018, com a instituição da unidade responsável pela coordenação da estruturação, execução e monitoramento do Programa de Integridade, o MMA deu seu primeiro movimento no sentido de adotar as medidas necessárias para criar uma cultura de integridade fundamentada na ética, no princípio da transparência, da eficiência e em um modelo de gestão por resultados para a sociedade.

Assim, foi posteriormente publicada a Portaria nº 400, de 22 de outubro de 2018, que instituiu o Programa de Integridade do Ministério do Meio Ambiente. A operacionalização do Programa será feita por meio do Plano de Integridade, com duração bianual (2019-2020) e que tem como finalidade a identificação de vulnerabilidades, propondo ações ou medidas para sua mitigação, em conjunto com as unidades diretamente envolvidas.

qualidade
gestão
cooperação
transparência
conformidade
ética
serviços
governança
Programa de Integridade
estratégia
compromisso
planejamento
controle
Integridade
efetividade
resultado

Relacionamento com a Sociedade



Ouvidoria

Instituída pelo Decreto nº 8.975/2017 e pela Portaria MMA nº 483/2017 a Ouvidoria está organizada dentro da estrutura do Gabinete do Ministro. Dentre as competências cabe receber as reclamações, sugestões, elogios, denúncias e solicitações de informações dos servidores do Ministério e dos cidadãos a respeito da atuação do órgão, além de exercer as competências relativas ao Serviço de Informação ao Cidadão por meio de atendimento presencial e/ou via Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão (e-SIC).

Para o pleno funcionamento da Ouvidoria do MMA o desafio é estabelecer um canal de denúncias e representações, pelos quais todos os servidores e cidadãos possam denunciar desvios cometidos por pessoas da organização, inclusive da alta direção.



Planejamento Estratégico



Metodologia de Formulação

Entre março de 2013 e março de 2014, o MMA elaborou seu Planejamento Estratégico, com horizonte temporal de 2014 a 2022. Por meio de um processo participativo, em que dirigentes e servidores puderam expressar suas ideias, a instituição definiu seus grandes objetivos estratégicos a serem perseguidos durante os oito anos seguintes.

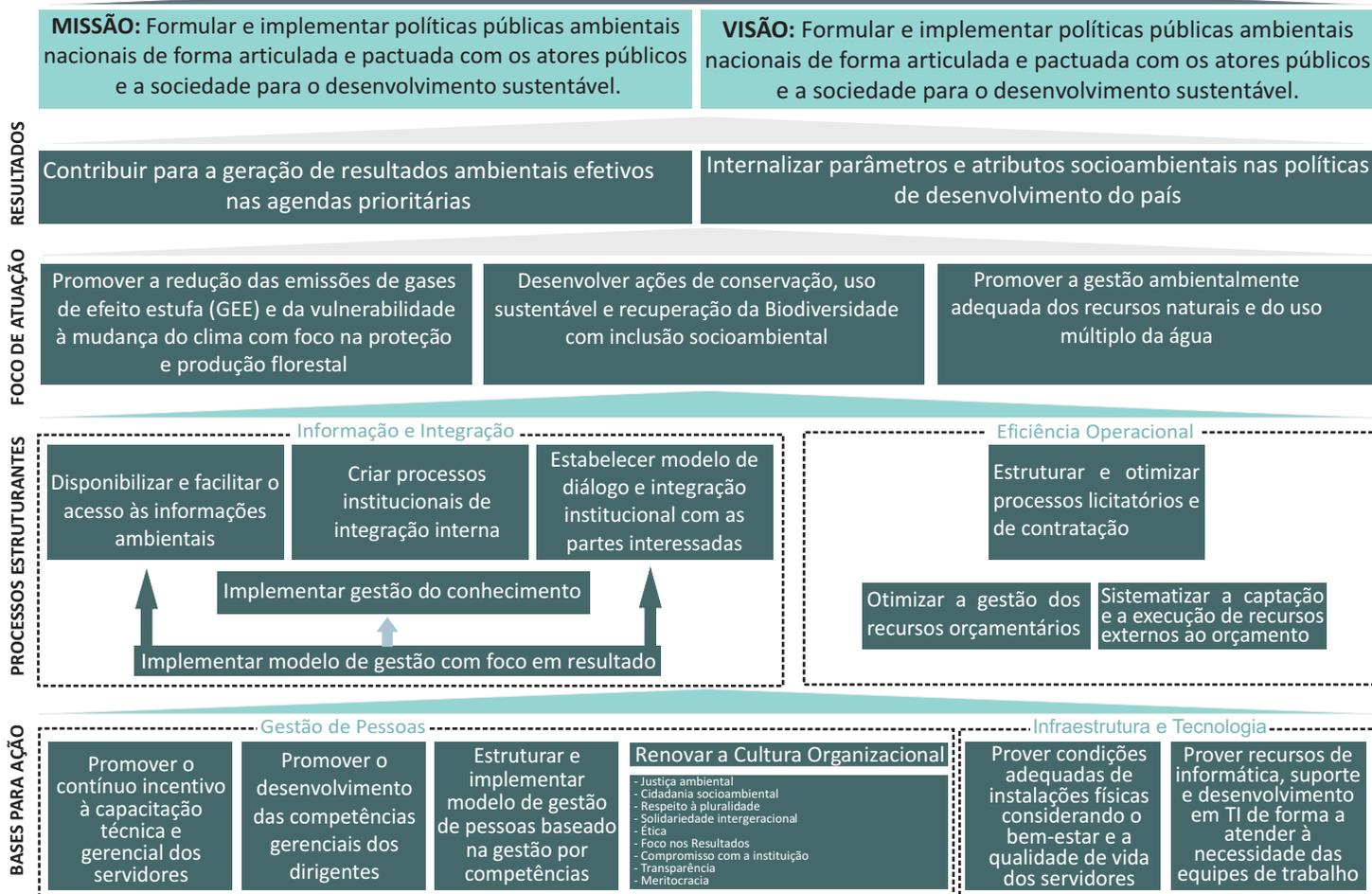
A metodologia escolhida para orientar a formulação e implementação da estratégia foi o Balanced Scorecard – BSC. Para isso, a instituição teve apoio de uma consultoria especializada que implementou o projeto de elaboração do planejamento. O referido projeto contou com as seguintes etapas: diagnóstico institucional, mapa e objetivos estratégicos, indicadores e metas, iniciativas estratégicas, modelo de gestão e módulos de capacitação.

Envolvimento da Alta Administração

A participação da Alta Administração da instituição se dá primordialmente durante as Reuniões de Análise da Estratégia, realizadas no Comitê de Governança. É esse o momento onde os responsáveis máximos pelos compromissos firmados, reportam, avaliam e sugerem soluções para os desafios impostos.



MAPA ESTRATÉGICO



Solidariedade Ética Justiça ambiental
 Intergeracional Valores Transparência
 Meritocracia Organizacionais Respeito a pluralidade
 Foco no resultado Compromisso com a instituição

Modelo de Gestão da Estratégica

O monitoramento e avaliação do desempenho dos objetivos, indicadores e de todos os compromissos firmados no plano estratégico ocorre em reuniões específicas com periodicidade quadrimestral, compreendidas no modelo de gestão da estratégia, regido pela Portaria MMA nº 310/2017, que institui o planejamento estratégico, e Portaria MMA nº 409/2017, que Institui a Política de Governança, Riscos e Controles.

Durante esses encontros, denominados de reuniões dos Subcomitês de Governança e do Comitê de Governança, os responsáveis pelos objetivos e indicadores devem realizar a prestação de contas acerca dos resultados alcançados e/ou das dificuldades encontradas, sempre propondo encaminhamentos para superar os entraves e os submetendo às instâncias superiores quando pertinente.

As revisões do planejamento estratégico são realizadas durante o primeiro trimestre de cada exercício. Durante esse período todas as unidades que possuem compromissos estratégico fazem um realinhamento para adequar a sua programação aos novos contextos e desafios que precisam ser enfrentados. O escopo dessa revisão abrange as iniciativas estratégicas, indicadores e metas.

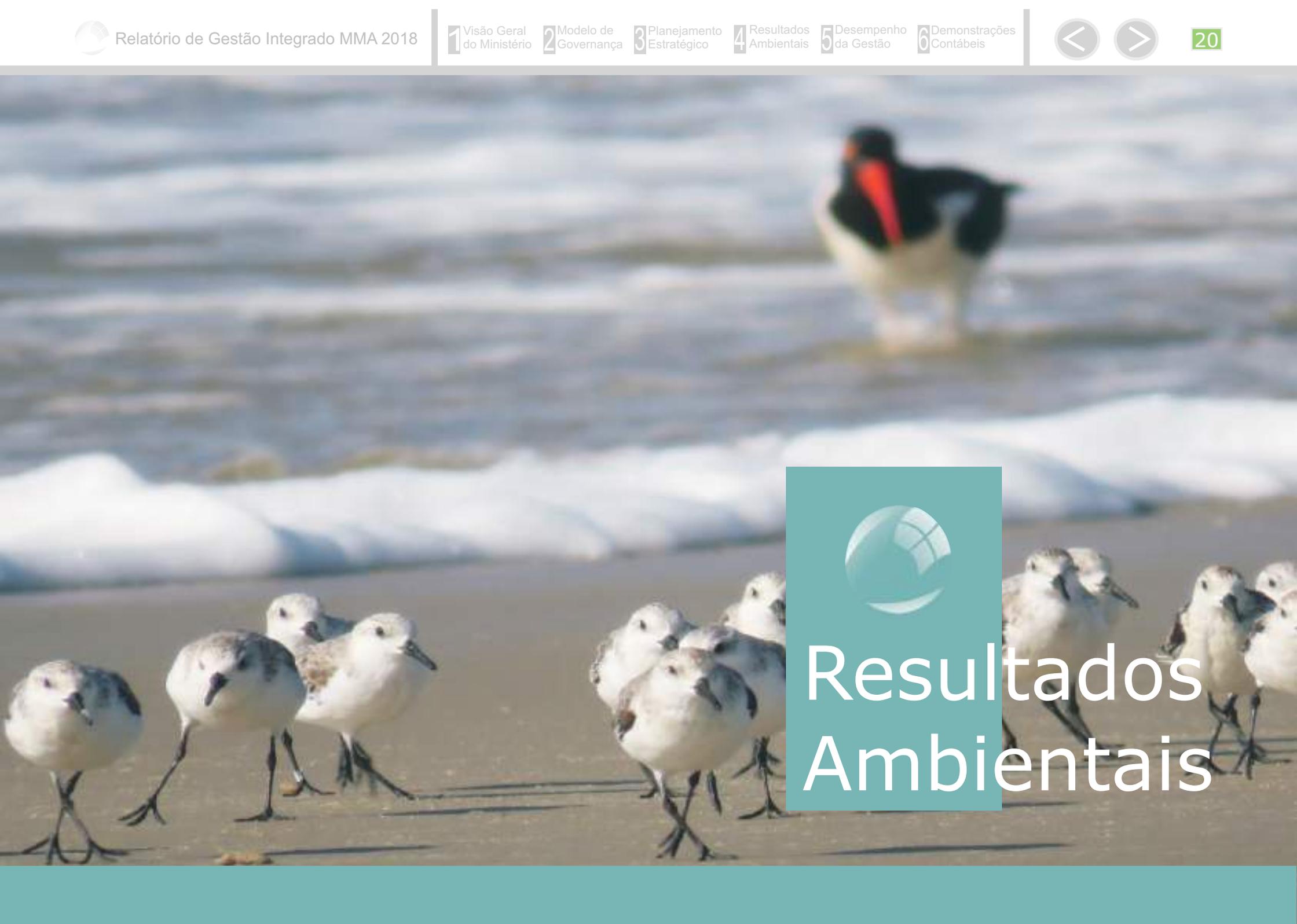
Principais perspectivas e desafios

Em 2018, o MMA executou seu quarto ciclo de implementação do seu Planejamento Estratégico. Após quatro anos de implementação e avaliação do planejamento, que se iniciou em 2014, foi verificada a necessidade adequar as instâncias de monitoramento do processo com a Política de Governança, Riscos e Controles da instituição.

Nesse contexto, o processo de monitoramento e avaliação da estratégia passou a integrar o modelo de Governança do MMA. Passando, agora, a ser realizado por meio dos Subcomitês de Governança e do Comitê de Governança.

Para 2019, o desafio é incorporar o Planejamento Estratégico e as diretrizes da nova gestão da Instituição, com especial atenção para o risco de descontinuidade e, principalmente, do seu alinhamento com o processo de elaboração do novo PPA 2020-2023 que se inicia.

Ainda permanece os desafios de buscar alternativas para solução em tecnologia da informação para gestão estratégica e realizar uma melhor integração institucional dos recursos humanos, recursos orçamentários e externos ao orçamento com as prioridades estratégicas.

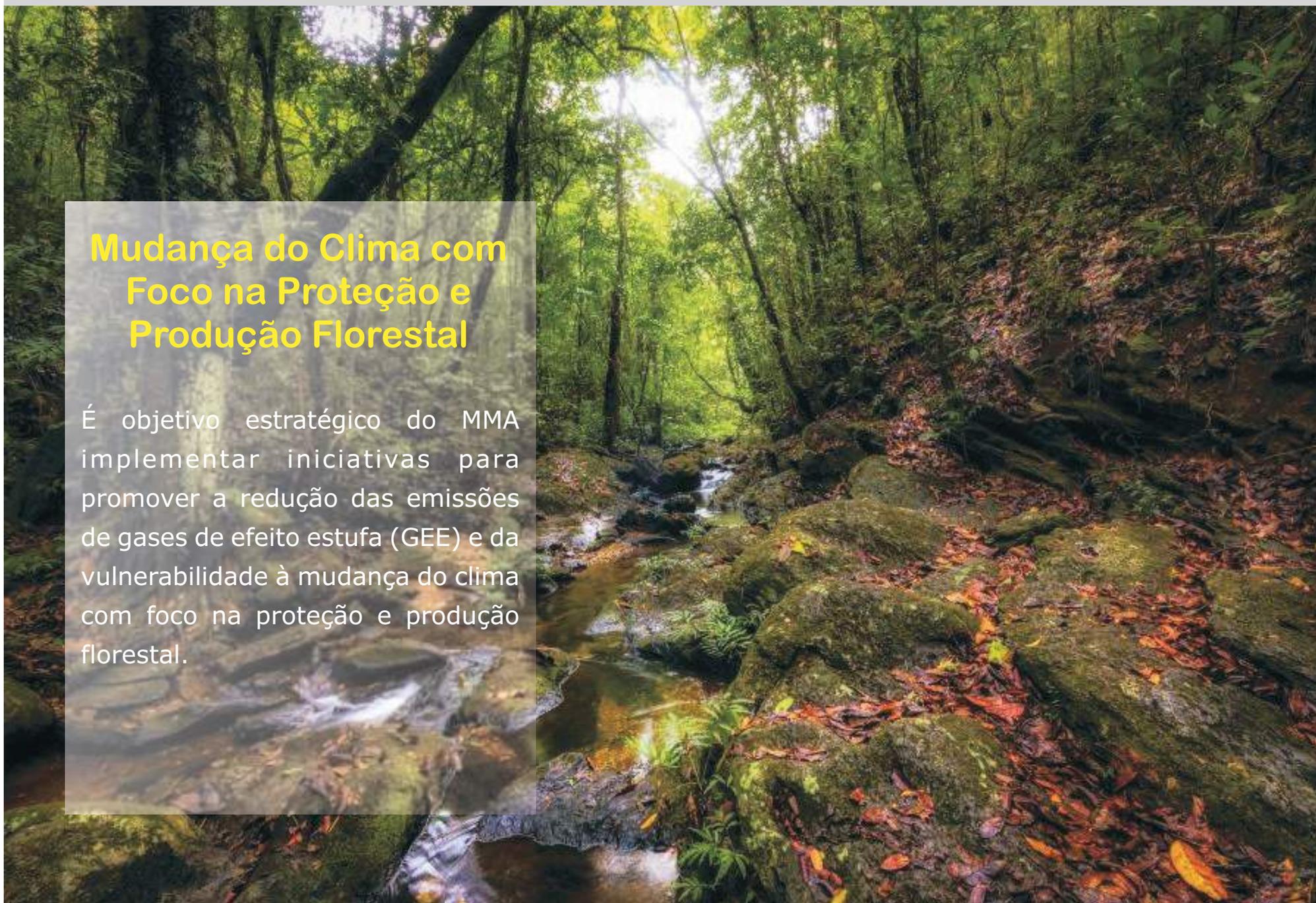


Resultados Ambientais



Mudança do Clima com Foco na Proteção e Produção Florestal

É objetivo estratégico do MMA implementar iniciativas para promover a redução das emissões de gases de efeito estufa (GEE) e da vulnerabilidade à mudança do clima com foco na proteção e produção florestal.



Principais avanços em 2018

Concessões Florestais

O principal objetivo da política de concessões florestais é conservar a cobertura vegetal das florestas brasileiras, por meio da melhoria da qualidade de vida da população que vive em seu entorno e do estímulo à economia formal com produtos e serviços oriundos de florestas manejadas. O poder público pode conceder à empresas e comunidades o direito de manejar florestas públicas para extrair madeira e produtos não madeireiros. Em contrapartida ao direito do uso sustentável, os concessionários pagam ao governo quantias que variam em função da proposta de preço apresentada durante o processo de licitação destas áreas.

Para ampliar as áreas sob concessão florestal federal, foi publicado em 2018 Edital de Licitação para concessão da UMF IV da Flona Jamari (33 mil hectares).

Resultados acumulados

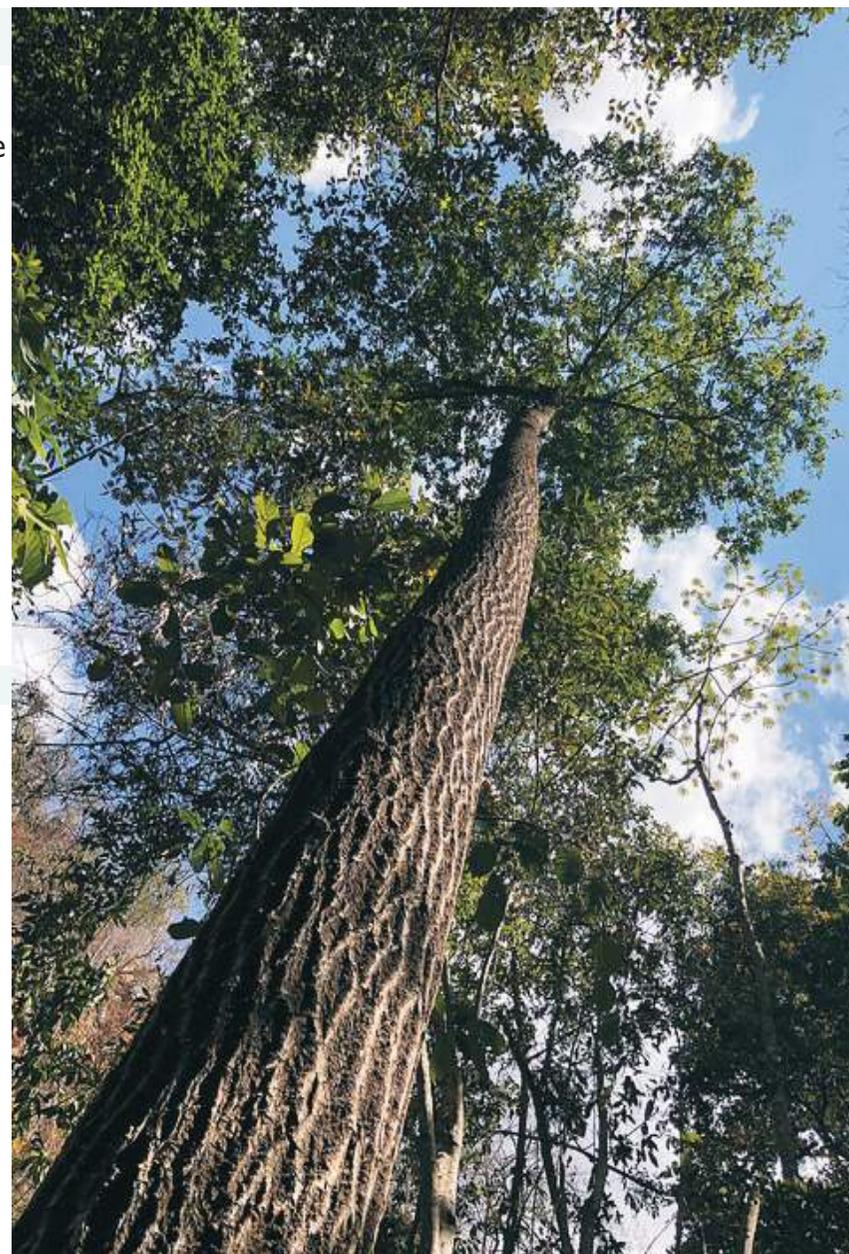
 17 contratos de concessão florestal federal celebrados até 2018

- ✓ Floresta Nacional de Jamari-RO
- ✓ Floresta Nacional de Jacundá-RO
- ✓ Floresta Nacional de Saracá-Taquera-PA e Altamira-PA
- ✓ Floresta Nacional de Crepori-PA e Caxiuanã-PA

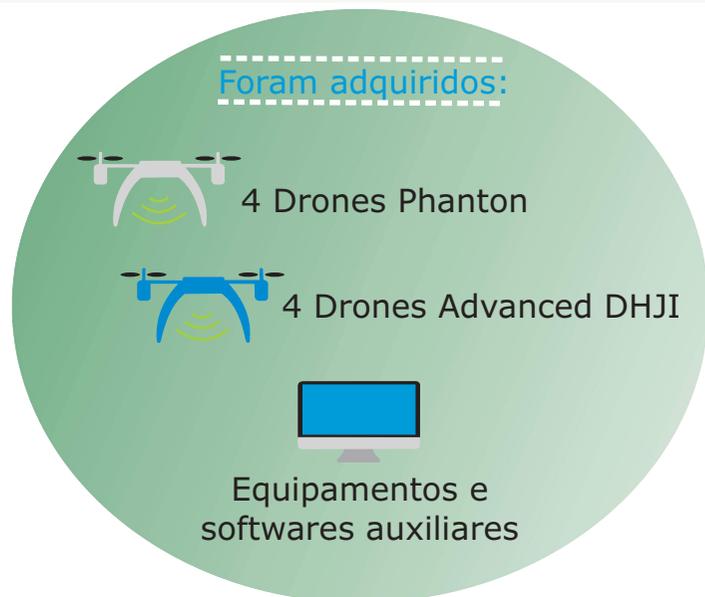
TOTAL
1,018 milhão
hectares

204.328,41 M de ³madeira produzidos

Valor arrecadado
R\$ 14.878.676,80



Melhoria da eficiência nas rotinas de monitoramento dos contratos de concessão florestal



Desafios para 2019

- ✓ Assinatura do contrato de concessão florestal do lote II da Flona do Jamari (33 mil hectares);
- ✓ Resolução dos gargalos jurídicos para concessão em Crepori e Itaituba (544 mil hectares);
- ✓ Habilitação, processo de consulta pública e publicação do edital de licitação para concessão do lote III da Flona Saracá-Taquera (18 mil hectares);
- ✓ Implantação de aplicativo de coleta de dados de campo inerente ao monitoramento das atividades de produção;
- ✓ Monitoramento contínuo com imagens de satélite diárias e geração de alertas de detecção de exploração seletiva de madeira.

Inventário Florestal Nacional

O Inventário Florestal Nacional – IFN é uma iniciativa que visa à produção de informações estratégicas sobre os recursos florestais do país. Trata-se de um levantamento de dados em campo, em nível nacional, que trará um conjunto de dados único para contribuir na formulação de políticas públicas e projetos de uso e conservação dos recursos florestais.

Um dos diferenciais do IFN é a coleta de dados diretamente nas florestas – naturais e plantadas – incluindo a coleta de amostras botânicas e de solo, a medição das árvores e a realização de entrevistas com os moradores das proximidades. Desta forma, são avaliadas a qualidade e as condições das florestas e a sua importância para as pessoas.

Com abrangência nacional e metodologia única para todos os biomas, a coleta de dados é realizada em pontos distribuídos a cada 20 km de distância por todo o país. São produzidas informações detalhadas sobre aspectos como a estrutura, composição (biodiversidade), saúde e vitalidade das florestas, biomassa, estoques de madeira e de carbono.

Área inventariada (milhões de ha)



Atualmente, uma área correspondente a quase 350 milhões de hectares (8.900 pontos de amostragem) já foi inventariada: inventário já foi concluído em 14 estados (CE, RN, PB, PE, AL, SE, ES, RJ, PR, SC, RS, RO, TO e RR) e no DF e a coleta de dados está em andamento em mais 8 estados (PA, AM, AC, MT, BA, MA, PI, MS). Já foram analisados os dados de 13 estados (CE, RN, SE, ES, PR, SC, RS, DF, PE, PB, RO, AL, RJ) e publicados relatórios com os principais resultados dos estados de CE, SC, SE e DF.

Política Nacional de Recuperação da Vegetação Nativa (PROVEG)

A Política Nacional de Recuperação da Vegetação Nativa – Proveg, que está em seu segundo ano de implementação, teve sua estratégia estabelecida pelo Plano Nacional de Recuperação da Vegetação Nativa - Planaveg (Decreto n. 8.972/2017), cuja instância deliberativa é a Comissão Nacional para Recuperação Nativa – Conaveg. Em 2018, foi lançado o regimento de funcionamento das Câmaras (CCTFIN) e (CCTMON).

Foram compiladas mais de 300 iniciativas para a restauração, no âmbito da Conaveg.

A CCTFIN decidiu por seis ações prioritárias entre 2018-2019, das quais quatro foram concluídas em 2018:

- ✔ Articulação, junto à presidência do Ibama, para que recursos da conversão de multas e compensação ambiental sejam aplicados em áreas e ações consideradas prioritárias;
- ✔ Lançamento do Plano Safra 2018/2019 contendo melhorias para o financiamento da recuperação;
- ✔ Apoio para o uso dos recursos do Green Climate Fund (GCF) em projetos de recuperação a partir do projeto Floresta + (ainda em andamento); e
- ✔ Apoio aos projetos de recuperação de larga escala a partir da utilização de recursos do Fundo Amazônia (chamada n.2/2017), que recebeu 31 propostas.

Desafios para 2019

Aprovar os indicadores na Conaveg, com apoio de consultoria contratada; acompanhar tecnicamente a finalização da Chamada n.2 do Fundo Amazônia para a recuperação; apoiar a ampliação do acesso e do desembolso do ABC Ambiental;

articulação para destravar a operacionalização do crédito para recuperação por meio do Pronaf; e propor a utilização de parte dos recursos do FA para a recuperação em outros biomas.

Uma das formas de alcançar a regularização ambiental dos imóveis é por meio da recuperação da vegetação nativa, para a qual a Proveg estabeleceu uma meta de pelo menos 12 milhões de hectares até 2030. Essa recuperação ocorrerá principalmente em áreas de APP e RL, mas também em áreas degradadas com baixa produtividade seguindo uma curva de progressão geométrica de modo que a meta dos cinco primeiros anos de implementação seja de 534 mil hectares recuperados.

Fundo Amazônia

O Fundo Amazônia é o principal instrumento nacional para receber pagamentos por resultados de redução das emissões do desmatamento. Em 2018, foram recebidos novos aportes da Noruega, no valor US\$ 70 milhões de dólares, referentes ao ano florestal de 2017. Desde 2008 o Fundo Amazônia já captou mais de R\$ 3 bilhões de reais, sendo 1 bilhão já desembolsados em mais de 100 projetos. Em 2018 foram 11 novos projetos aprovados, no valor de R\$ 379 milhões.



O fundo beneficia 142 mil pessoas por meio de 345 instituições dedicadas a atividades produtivas sustentáveis, apoia a gestão de Unidades de Conservação e Terras Indígenas, com abrangência de 41 milhões de hectares, o manejo florestal sustentável em 18 milhões de hectares e ações de monitoramento dos biomas.

Em 2018, o Comitê Orientador do Fundo Amazônia, coordenado pelo MMA, lançou duas chamadas públicas: 1) apoio à consolidação e fortalecimento de cadeias produtivas sustentáveis, com previsão de R\$ 150 milhões; e 2) apoio à estruturação da cadeia da recuperação da cobertura vegetal, com previsão de R\$ 200 milhões para projetos estruturantes em áreas protegidas, propriedades rurais e assentamentos da reforma agrária.

Também foram aprovados critérios para fomentar projetos de a) Zoneamento Ecológico Econômico em escala estadual, com previsão de até R\$ 10 milhões por estado, e b) apoio aos Corpos de Bombeiros Militares para ampliação de ações de prevenção e controle de incêndios florestais, com previsão de até R\$ 35 milhões por estado.

O Comitê Orientador do Fundo Amazônia – COFA estabelece, a cada dois anos, as “Diretrizes e Critérios para aplicação dos recursos e focos de atuação”. Este comitê é composto por 9 ministérios, 9 estados da Amazônia e 6 entidades da sociedade civil. Em 2019, haverá revisão dos focos de atuação para o biênio 2019-2020, que devem guardar sinergia com os objetivos do PPCDAm e da ENREDD+.

A captação de recursos para o Fundo está associada ao fortalecimento destas políticas e à redução do desmatamento, de forma que em um cenário de aumento das taxas, o potencial de captação pode ser reduzido.

Prevenção e controle do desmatamento na Amazônia Legal e no Cerrado

O ano de 2018 foi o segundo ano de implementação da nova fase dos Planos de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm) e no Cerrado (PPCerrado). Durante o ano de 2017 e 2018, foram elaborados relatórios de monitoramento da implementação das novas ações, com resultados positivos em várias áreas do

Governo Federal, seja na temática de fiscalização e controle ambiental, ou na regularização fundiária e no fomento às atividades produtivas sustentáveis.

+ Informações

A nova fase dos planos (2016-2020) reforçou e integrou novas estratégias para o combate ao desmatamento, incluindo um novo eixo de instrumentos econômicos e normativos. É também objetivo das novas fases dos Planos preparar o país para atender a sua Contribuição Nacionalmente Determinada junto à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) e zerar o desmatamento ilegal na Amazônia até 2030.

Entre os resultados alcançados no âmbito dos Planos, com apoio do MMA, foi a atualização da série temporal de dados do desmatamento no bioma Cerrado, de 2000 a 2017 e na divulgação do dado de 2018, que agora passa a ser divulgado todo ano tal qual para a Amazônia. Também foi publicada a Portaria nº 373/2018, que propõe a padronização nos dados de áreas autorizadas de supressão da vegetação, em alinhamento com a Lei nº 12.651/2012 e com a necessidade de dar transparência

aos dados de gestão florestal no país.

O ano de 2019 antecede o prazo final para redução do desmatamento na Amazônia e no Cerrado. Em 2020, o desmatamento na Amazônia não poderá ser superior a 3.925 km² e, no Cerrado, não poderá ultrapassar 9.420 km², segundo os compromissos assumidos na Política Nacional sobre Mudança do Clima. No Cerrado, a última medição do Inpe apontou uma perda de 6.657 km² e, na Amazônia, de 7.900 km², indicando o desafio para cumprir a meta da Amazônia, principalmente no atual cenário de aumento do desmatamento e escassez de recursos humanos e financeiros dos órgãos públicos federais e estaduais.

Estratégia de Implementação e Financiamento da Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC) do Brasil ao Acordo de Paris

Em 2018 houve a continuidade das ações de articulação e de construção da Estratégia NDC. Os principais setores envolvidos foram os setores energético, agropecuário e de mudança do uso da terra, entre os quais foram identificadas ações estratégicas desenvolvidas no

âmbito do governo com maior potencial de contribuição para redução de emissões, considerando o período da NDC (2020-2025).

Dessa forma, o MMA: a) trabalhou para a definição da meta de descarbonização de combustíveis, aprovada pelo CNPE (Comitê do Programa RenovaBio); b) contribuiu para o Plano Anual de Aplicação de Recursos do Procel (Grupo Coordenador de Eficiência energética- GCEE); c) colaborou para a definição de novos indicadores de eficiência energética para motores e aparelhos de ar condicionado (Comitê Gestor de Indicadores de Eficiência Energética); d) concluiu estudo sobre a estratégia para recuperação de pastagens degradadas e sistema de integração lavoura-pecuária- floresta, por meio da cooperação com BID; e) realizou eventos com a sociedade civil no âmbito e conceito dos Diálogos Talanoa, propostos pela UNFCCC para cumprimento do Acordo de Paris; f) participou das discussões para regulamentação do art. 6º do Acordo de Paris realizadas na COP 25; g) participou nas discussões da ICAL, no que tange aos impactos na aviação brasileira;

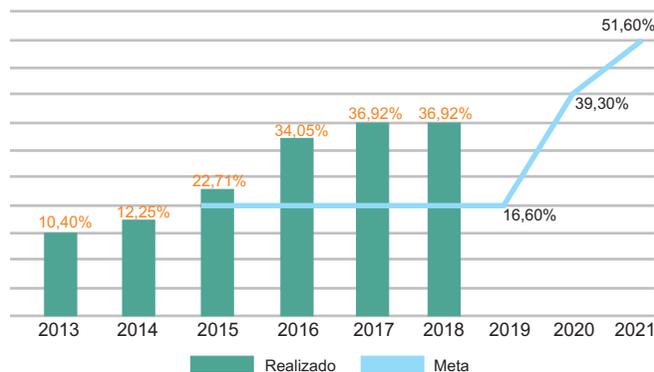
e h) consolidou primeira versão da Estratégia entregue para avaliação e contribuição das áreas diretamente envolvidas nas ações acima citadas.

Em 2019, objetiva-se finalizar a construção do documento da Estratégia da NDC com participação de todos os setores envolvidos proporcionando a implementação de ações a partir do ano de 2020, com o mapeamento dos devidos fluxos de financiamento existentes e propostas para novos.

Proteção da Camada de Ozônio

Como resultado das ações executadas para implementação do Programa Brasileiro de Eliminação dos HCFCs - PBH, registrou-se, em 2018, a redução de 36,92% do consumo de HCFCs em relação à linha de base (média do consumo em 2009 e 2010), superando a meta para o ano, que era de 16,6%.

Redução do consumo de substâncias que destroem a camada de ozônio



Esse logro foi obtido devido aos resultados específicos alcançados no ano em questão, dos quais se destaca a conversão tecnológica de 191 empresas fabricantes de espumas de poliuretano para eliminação do HCFC-141b e adoção de alternativas que não causam danos à camada de ozônio e ao clima; capacitação e treinamento de 140 instrutores, de 5.537 técnicos em sistemas de refrigeração comercial e de 1.615 técnicos em sistemas de ar condicionado para aplicação de boas práticas na instalação e manutenção dos equipamentos visando a contenção de vazamentos de HCFC-22 para a atmosfera; e realização de dois Projetos

Demonstrativos de Melhor Contenção de HCFC-22 em Supermercados nas cidades de Belém/PA e de São Paulo/SP.

Estratégia Nacional de REDD+ e ENREDD+

Destaca-se para essa estratégia a submissão ao Fundo Verde para o Clima (GCF), por meio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), de uma Proposta de Pagamentos Baseados em Resultados de REDD+ alcançados pelo Brasil no Bioma Amazônia nos anos de 2014 e 2015. A proposta será submetida à apreciação final pelo Board do GCF em fevereiro de 2019, com indicação de pagamento no valor de USD 96,4 milhões.

No âmbito dos Programas em REDD+, em 2018 houve o recebimento de USD 5,7 milhões pelo Mato Grosso, e USD 2,8 milhões pelo Acre.

No âmbito da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC), destaca-se:

- ✓ Reconhecimento do Nível de Referência de Emissões Florestais (FREL) do Cerrado para resultados de 2011 a 2020 em ago/2017;

✓ Envio à UNFCCC do FREL C Modificado, que define a linha de base para resultados de 2016 a 2020 para o bioma Amazônia, estando atualmente em fase final de verificação;

✓ Submissão à UNFCCC do Segundo Sumário sobre Salvaguardas do Brasil, o qual traz informações sobre como as salvaguardas de Cancun foram abordadas e respeitadas pelo Brasil durante as ações de redução de emissões provenientes do desmatamento desde 2011;

✓ Elaboração, em fase final, do documento de avaliação da metodologia do Sistema Nacional sobre Salvaguardas de REDD+ (SISREDD+) com base em indicadores.

Perspectivas e desafios para 2019, consta:

✓ Aplicação do recurso do Fundo Verde para o Clima em um programa piloto de incentivos a serviços ambientais pela conservação e recuperação da vegetação nativa (Floresta+) e no fortalecimento da ENREDD+;

Submissão de um FREL nacional até 2020, utilizando recursos do Fundo Amazônia e dados do Inpe.

✓ Implementação do componente de REDD+ no âmbito do PoMuC;

✓ Submissão do Terceiro Relatório de Atualização Bienal (BUR) à UNFCCC com resultados de redução de emissões referentes a 2016-2017 (Amazônia) e 2011-2017 (Cerrado), totalizando 2 bilhões de tCO₂;

✓ Desenvolvimento da interface computacional do Sistema SISREDD+.

Fundo Nacional sobre Mudança do Clima - FNMC

Desde sua criação, em 2009, o Fundo Nacional sobre Mudança do Clima – FNMC é um importante instrumento indutor de políticas públicas e investimentos em meio ambiente e desenvolvimento ao apoiar projetos que visam à mitigação ou à adaptação à mudança do clima e seus efeitos. Sua atuação ocorre em duas modalidades: reembolsável, em que há empréstimos via Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) às instituições públicas e privadas; e não reembolsável, por meio de convênios e parcerias com órgãos e entidades públicas e do terceiro setor.

Em relação aos recursos reembolsáveis, o ano de 2018 representou um aumento significativo no incentivo a novos projetos. No total, 365 deles passaram a integrar a carteira do Fundo, sendo a maioria deles nos subprogramas energia renovável e máquinas e equipamentos mais eficientes. Estima-se que esses projetos devem redundar na redução de emissões de mais de 5 milhões de toneladas de dióxido de carbono equivalente ao longo da vida útil dos empreendimentos.

Houve também acréscimo de novos projetos entre os apoiados com recursos não reembolsáveis. Em edital conjunto com o Fundo Nacional do Meio Ambiente, foram selecionados 16 municípios que receberam recursos do FNMC para ações de redução da vulnerabilidade à mudança do clima. Seguiram em execução outros sete projetos que faziam parte da carteira do Fundo, além de outros sete resultantes de edital com o FNMA em 2015. No total, foram destinados R\$ 6,69 milhões para essa modalidade.

R\$ 6,69 milhões para 16 municípios em ações de redução da vulnerabilidade à mudança do clima



Em 2019, durante seu décimo ano de existência, o FNMC deve seguir a expansão do investimento, ampliando os projetos apoiados. Na modalidade reembolsável, o desafio é atender as prioridades do MMA na agenda de desenvolvimento do Fundo Clima nas linhas disponíveis no BNDES. Uma inovação será estimular a participação de estados e municípios como proponentes de projetos, ampliando os investimentos para setores ainda não explorados. Na parte não reembolsável, deve ser publicado novo edital para selecionar projetos, conforme o Plano Anual de Aplicação de Recursos a ser aprovado pelo Comitê Gestor.

Fundo Nacional do Meio Ambiente

Além dos 16 novos convênios celebrados em 2018, em parceria com o Fundo Nacional sobre Mudança do Clima, o FNMA conta com uma carteira de outros 16 projetos em execução, no valor total de R\$ 27,5 milhões, com objetos que incluem a recuperação florestal de margens de corpos d'água, a educação ambiental na agricultura familiar, o apoio à elaboração de Planos Estaduais de Recursos Hídricos, entre outros.

Para esse conjunto de projetos, oriundos de editais de 2012, 2013 e 2015, foram empenhados R\$ 4,3 milhões (FNMA, FNMC e SFB) e pagos R\$ 2,8 milhões referentes às parcelas em execução.

Em 2019, o Fundo lançará novo edital conjunto com o FNMC para seleção de projetos em áreas urbanas, para executar ações relacionadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS. Serão investidos R\$ 10 milhões para contemplar projetos de R\$ 500 mil a R\$ 1 milhão em municípios de qualquer parte do território nacional. Os temas previstos incluem recuperação florestal de margens de corpos d'água, implantação ou ampliação de áreas verdes urbanas e gestão de resíduos sólidos. Ainda para 2019, está prevista a reestruturar a governança do Fundo Nacional do Meio Ambiente e do Fundo Clima, que passarão a ter seus processos de gestão e operacionalização integrados e centralizados sob a responsabilidade da Secretaria Executiva do MMA, focando na eficiência administrativa e de alocação de recursos.

Adaptação à Mudança do Clima

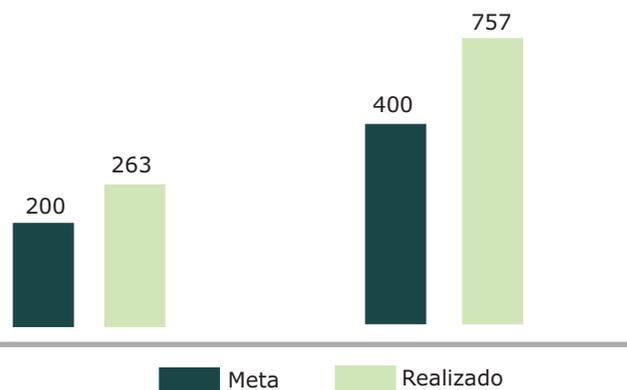
A agenda de adaptação à mudança do clima em 2018 seguiu com iniciativas de análise de impactos e vulnerabilidades, e fomento à medidas de resiliência, visando à implementação dos compromissos no âmbito da CQNUMC, incluindo a NDC.

A Instituição contribuiu para o item de Adaptação do livro de regras do Acordo de Paris, na COP 24, conseguindo garantir aspectos de interesse nacional. Foram implementadas ações transversais do Plano Nacional e fomentada a implementação de estratégias setoriais.

O MMA, como coordenador da agenda no governo federal, em cooperação com outros atores, destaca alguns resultados em 2018: metodologia e índice de vulnerabilidade da população à mudança do clima (SisVuClima) para 6 estados (PA, ES, MS, PE, MA, AM); mapas de vulnerabilidades dos municípios à secas; plataforma AdaptaClima; projeto ProAdapta, incluindo parcerias firmadas com municípios e com o pacto global empresarial da ONU, e iniciados estudos de impactos a secas, enchentes e deslizamentos; Projeto IPACC II, com parcerias e ações para a inserção da

análise de risco climático no investimento público (BNDES e MAPA); atuação em redes internacionais de apoio à implementação da agenda nacional; Projeto CSI para melhoria dos serviços climáticos; Projeto Readiness GCF em elaboração para apoio ao PNA e a NDC; estratégia Brasil para acesso ao GCF; entre outros.

Número de municípios com vulnerabilidade à mudança do clima identificada



O indicador mede o número de municípios brasileiros que terão sua vulnerabilidade à mudança do clima identificada, com vistas a apoiar tomadores de decisão sobre medidas de adaptação. A vulnerabilidade identificada poderá estar associada a diferentes categorias de risco.

Para 2019, alerta-se para a necessidade de: elaborar o 2º ciclo do Plano Nacional de Adaptação à Mudança do Clima – PNA, em conjunto com a estratégia de implementação para adaptação na NDC; influenciar as negociações internacionais em adaptação na UNFCCC alinhadas ao contexto nacional; atuar nas redes internacionais e implementar as cooperações internacionais, a exemplo do ProAdapta, IPACC, CSI, incluindo a agenda de cooperação com o setor privado; validar, ampliar escala e disponibilizar resultados de impactos e vulnerabilidades, identificar necessidades de adaptação e fomentar medidas; aprimorar a AdaptaClima.

Programa Água Doce - PAD

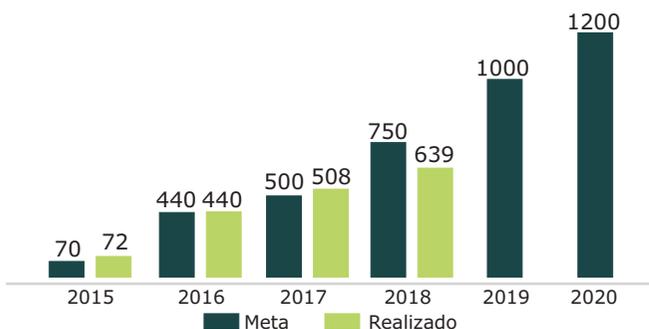
O Programa Água Doce (PAD) é uma ação do Governo Federal, em parceria com instituições federais, estaduais, municipais e sociedade civil que visa estabelecer uma política pública permanente de acesso à água de qualidade para o consumo humano por meio do aproveitamento sustentável de águas subterrâneas, incorporando cuidados técnicos, ambientais e sociais na implantação, recuperação e

gestão de sistemas de dessalinização no semiárido brasileiro, levando-se em consideração a característica da grande presença de sais nas águas subterrâneas desta região.



Foram 131 sistemas de dessalinização executados apenas em 2018. Atualmente são 924 obras de implantação contratadas, sendo que destas, 639 foram concluídas até dezembro de 2018. A execução está assim distribuída entre os estados: 248 sistemas no Ceará, 50 sistemas na Paraíba, 29 sistemas em Sergipe, 18 sistemas no Piauí, 69 sistemas no Rio Grande do Norte, 80 sistemas em Alagoas e 145 sistemas na Bahia. Os sistemas de dessalinização implantados até o momento possuem potencial de produzir 2 milhões de litros de água potável por dia, beneficiando aproximadamente 200 mil pessoas.

Sistemas de dessalinização implantados pelo Programa Água Doce



Para 2019, estão previstas as seguintes ações:

- Conclusão dos 285 sistemas já contratados;
- Contratar mais 76 sistemas da meta de 1000 sistemas de dessalinização no semiárido brasileiro.

Unidades de Recuperação de Áreas Degradadas e Redução da Vulnerabilidade Climática - URAD

A partir de 2017, por meio da implantação das Unidades de Recuperação de Áreas Degradadas e Redução da Vulnerabilidade Climática – URAD, o Governo Federal iniciou uma nova estratégia para implementar a Política Nacional de Combate à

Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca. A estratégia tem como objetivo a promoção do desenvolvimento rural sustentável e adaptação de atividades agrícolas às mudanças climáticas na região semiárida do Brasil e é operacionalizada por meio de ações ambientais, sociais e produtivas, inseridas nos planejamentos municipais e tendo como unidade de trabalho as microbacias hidrográficas.

As URAD são implementadas em municípios localizados nas Áreas Suscetíveis à Desertificação – ASD nos nove estados do Nordeste, incluindo municípios do norte de Minas Gerais e Espírito Santo, e contempla as seguintes atividades: diagnóstico da comunidade; capacitação e treinamento; recuperação e conservação de solo, água e biodiversidade; captação e armazenamento de água; saneamento básico; eficiência energética; e unidade de produção.

As primeiras unidades foram implementadas em novembro de 2017 nos municípios de Poço Redondo e Canindé de São Francisco, ambos em Sergipe. Em 2018, foram implementadas cinco unidades: uma unidade em Santo Antônio

de Lisboa/PI, uma em Sento Sé/BA e três unidades em Chapadinha/MA, totalizando investimento de R\$ 4,5 milhões, que assistiram 270 famílias, em cinco municípios.

Número de municípios das Áreas Suscetíveis à Desertificação - ASD com Unidades de Recuperação de Áreas Degradadas - URAD

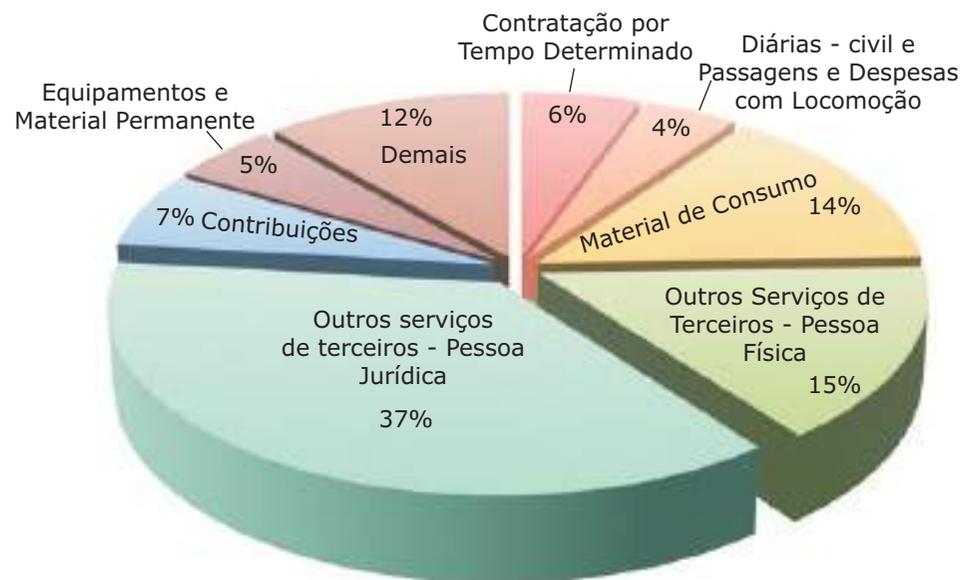


Para 2019, está em desenvolvimento o Programa de Implementação de URAD, com a previsão de recursos de diversas fontes que proporcionará a implementação de unidades em novos municípios, visando no futuro, alcançar 1.488 municípios das Áreas Suscetíveis à Desertificação.



Gestão financeira e Orçamentária do Tema

Mudança do Clima com foco na Proteção Florestal (Empenhado)



Secretaria de Orçamento Federal
 SIOP Gerencial - Execução Orçamentária - Execução e RAP
 Data de geração deste relatório: 20/02/2019 10:36:00
 ** Unidades Orçamentárias: 44101,44102, 44901 e 44902

Ações orçamentárias que compõem o tema:

20G4 - Fomento a Estudos, Projetos e Empreendimentos que visem à Mitigação e à Adaptação à Mudança do Clima

20M6 - Fomento a Projetos de Desenvolvimento Sustentável

20N1 - Fomento a Projetos de Conservação e Manejo da Biodiversidade

20VU - Políticas e Estratégias de Prevenção e Controle do Desmatamento e de Manejo e Recuperação Florestal no âmbito da União, Estados e Municípios

20W1 - Iniciativas para Implementação da Política Nacional sobre Mudança do Clima

20W2 - Redução da Vulnerabilidade aos Efeitos da Desertificação, da Seca e das Mudanças Climáticas

20WC - Planejamento, Gestão e Fiscalização das Concessões Florestais

20WD - Inventário Florestal Nacional

8695 - Dessalinização de Água - Água Doce

Base do gráfico

Elemento de Despesa (desc.)	Empenhado
04 - Contratação por Tempo Determinado	1.278.003,68
14 e 33 - Diárias - Civil e Passagens e Despesas com Locomoção	1.012.218,98
30 - Material de Consumo	3.321.369,98
36 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	3.458.479,77
39 - Outros Serviços de terceiros - Pessoa Jurídica	8.516.806,22
41 - Contribuições	1.516.824,51
52 - Equipamentos e Material Permanente	1.155.923,33
Demais	2.649.776,18



Biodiversidade e Inclusão Socioambiental

É objetivo estratégico do MMA implementar iniciativas para desenvolver ações de conservação, uso sustentável e recuperação da biodiversidade com inclusão socioambiental.

**CAR**

CADASTRO AMBIENTAL RURAL

5,4 milhões de imóveis
rurais (466.460.897 ha)
cadastrados no Sicar
até 2018

O Cadastro Ambiental Rural – CAR é um importante instrumento de geração e integração de informações ambientais dos imóveis rurais do País, compondo base de dados para controle, monitoramento, planejamento ambiental e econômico e combate ao desmatamento no território nacional.

Cabe ao Governo Federal gerenciar o Sistema de Cadastro Ambiental Rural (Sicar), criado por meio do Decreto 7.830/12, com a finalidade de receber, gerenciar e integrar os dados do CAR de todos os entes federativos, entre outras. Até 31 de outubro de 2018, foram cadastrados 5,4 milhões de imóveis rurais, totalizando uma área de 466.460.897 hectares inseridos na base de dados do sistema, correspondente a mais de 100% da área cadastrável inicialmente previstas, obtida por meio do censo do IBGE de 2006 e de informações dos estados.



Fomento Florestal em Escala Comunitária e Familiar

O Fomento Florestal em escala comunitária e familiar trata de ações relativas ao apoio de práticas florestais sustentáveis, tais como o manejo florestal e a recomposição da cobertura florestal. O público beneficiário final desta iniciativa são agricultores familiares, povos e comunidades tradicionais. Esta iniciativa está sendo implementada na escala nacional, em todos os biomas brasileiros, sendo que as atividades têm sido realizadas prioritariamente nos Biomas: Amazônia, Cerrado, Caatinga e Mata Atlântica.

Principais resultados em 2018

- ✓ Desenvolvimento de modelo de gestão para os Centros de Desenvolvimento Florestal;
- ✓ Realização de inscrições do Cadastro Ambiental rural – CAR, atendendo 54.254 famílias no Semiárido Nordeste, em parceria e com recursos advindos do FSA/CAIXA;
- ✓ Plataforma de ensino a distância (Saberes da Floresta) lançada em 5 de junho de 2018, e em funcionamento, com 2 cursos online (manejo de castanha e manejo de ação) disponíveis, com 480 pessoas aprovadas, em 4 turmas concluídas;
- ✓ 11 projetos de recomposição de APP em áreas metropolita-

nas apoiados, e com acompanhamento técnico realizado, com meta de recomposição de 11.000 hectares;

- ✓ 900 pessoas capacitadas no Curso do CAR online e 274 pessoas capacitadas em sistemas agroflorestais, no âmbito do Programa Florestabilidade (parceria com a Fundação Roberto Marinho);
- ✓ Produção e distribuição de 3.000 exemplares do livro Guia Técnico – Restauração ecológica com Sistema Agroflorestais – como conciliar conservação com produção – opções para Cerrado e Caatinga, em parceria com o ICRAF;
- ✓ Apoio ao manejo florestal comunitário na RESEX Verde para Sempre, fomento à produção madeireira em 6 comunidades, atendendo 300 famílias;

Conservação e Manejo de Espécies Ameaçadas



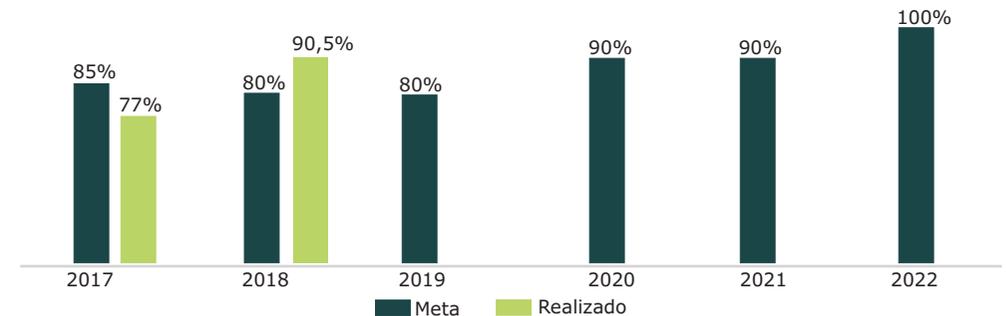
Diversas ações obtiveram avanço em 2018 relacionados a agenda de conservação das espécies ameaçadas de extinção e espécies exóticas invasoras. Dentre elas:

- ✓ Início da execução do Projeto GEF Pró-Espécies, voltado à conservação de espécies ameaçadas de extinção em pelo menos 12 áreas-chave de 13 estados, totalizando 9 milhões de hectares;
- ✓ Publicação da Estratégia Nacional para a Conservação de espécies ameaçadas de extinção;
- ✓ Publicação da Estratégia Nacional para Espécies Exóticas Invasoras;
- ✓ Instituição do Plano de Implementação da Estratégia Nacional para Espécies Exóticas Invasoras;
- ✓ Publicação de 9 Planos de Recuperação de peixes ameaçados de extinção;
- ✓ Publicação de medidas de ordenamento pesqueiro para

espécies ameaçadas passíveis de uso, estabelecidas com base nos planos e com vistas à conservação das espécies;

- ✓ Portarias MMA que reconhecem os Sítios-BAZE como os últimos refúgios de espécies com severo risco de extinção;
- ✓ Realização da 67ª Reunião da Comissão Internacional da Baleia, com aprovação da "Declaração de Florianópolis e de Resoluções que reafirmam a importância da manutenção da moratória à caça comercial;
- ✓ Acordo internacional para a repatriação e reintrodução das ararinhas-azuis no Brasil;
- ✓ Publicação da lista de espécies migratórias incluídas nos Anexos I e II da Convenção sobre Espécies Migratórias;
- ✓ Conclusão do Projeto GEF Biodiversidade para Alimentação e Nutrição (BFN), que alcançou resultados como: análise da composição nutricional de 70 espécies nativas; desenvolvimento de mais de 350 receitas; banco de dados e curso on-line; e a Lista Oficial de Espécies Nativas da Sociobiodiversidade Brasileira de Valor Alimentício.

Percentual de espécies ameaçadas de extinção com planos de ação ou outros instrumentos para recuperação e conservação



Em 2018, o número de espécies da fauna e da flora brasileira ameaçadas de extinção que estão contempladas por instrumentos de recuperação e conservação foi de 2.974 espécies, passando então a representar 90,5% do total de espécies ameaçadas. Os instrumentos de conservação considerados para esse resultado foram: Planos de Ação Nacionais, Unidades de Conservação e Acordos Internacionais de proteção à fauna e flora.

Como principais perspectivas e desafios para 2019, lista-se a necessidade de:

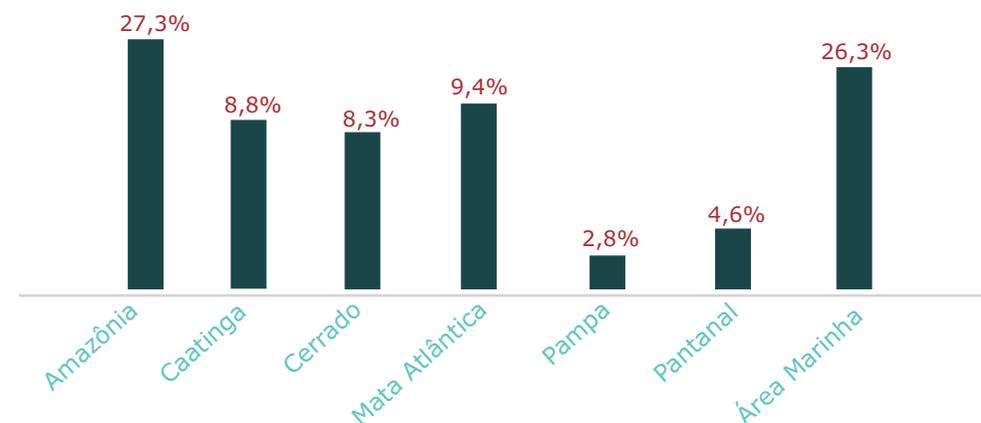
- ✓ Implementação do Projeto GEF Pró-Espécies, GEF Terrestre, GEF Mar e das Estratégias Nacionais publicadas em 2018;
- ✓ Inauguração do Centro de Reprodução e Reintrodução da Ararinha-azul em Curaçá/BA;
- ✓ Implementação de ações para conservação dos Sítios-BAZE;
- ✓ Implementação da Convenção sobre a Conservação de Espécies Migratórias (CMS), Convenção sobre Comércio Internacional das Espécies da Flora e Fauna Selvagens em Perigo de Extinção (CITES) e Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB);
- ✓ Executar o Projeto de Cooperação Técnica Brasil-México para conservação de espécies ameaçadas, firmado em 2018.

Fortalecimento do Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC

No exercício de 2018, a área do Sistema Nacional de Unidades de Conservação aumentou em 941.200 km², protegendo, com a

criação de novas unidades de conservação federais, importantes áreas na caatinga, na Amazônia e no ambiente marinho e costeiro. Constam 2301 UCs no Cadastro Nacional de Unidades de Conservação – CNUC, totalizando aproximadamente 2,5 milhões de km² (cerca de 18% do território continental e 26,3% do território marinho).

Percentual do território dos biomas brasileiros e da área marinha protegidos em unidades de conservação

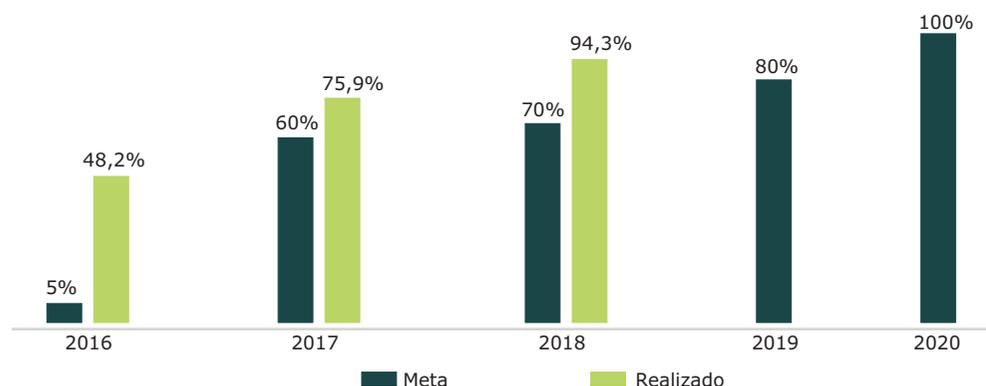


Iniciativas estratégicas foram desenvolvidas, como, uma Ferramenta de modelagem de custos para unidades de conservação; um protocolo para mensuração da Meta 11 de biodiversidade (critérios de efetividade, equidade); um Módulo introdutório do Curso em Educação à Distância para elaboração de plano de manejo; um Módulo de elaboração de Plano de Manejo para Reservas Particulares do Patrimônio Natural; um guia para Criação de Unidades de Conservação municipal; um Dossiê para reconhecimento do Sítio do Patrimônio Lençóis Maranhenses; um

Dossiê de ampliação das Reservas da Biosfera (Espinhaço, Mata Atlântica e Cerrado); o Reconhecimento do Mosaico da Serra do Cipó; um curso EaD sobre cálculo do valor de referência para compensação ambiental; um aplicativo de uso público pra as UCs; um Fórum Permanente de Dirigentes do SNUC.

Foi assinado, também, o Projeto GEF Terrestre com 32 milhões de dólares para fortalecer o SNUC na caatinga, no pampa e no pantanal, e foi publicada uma Portaria (261, 29/06/18) que institui a Iniciativa Azul do Brasil para fortalecimento das áreas marinhas e costeiras.

Ampliação da capacidade de gestão das Unidades de Conservação do SNUC



Os avanços destacados contribuem para aprimorar a capacidade de gestão das Unidades de Conservação do SNUC. O indicador acima evidencia o percentual da área de 146 UCs (62.428.911 ha), selecionadas e apoiadas por projetos de doação internacional, que aumentaram sua pontuação nas ferramentas de avaliação de efetividade de gestão.

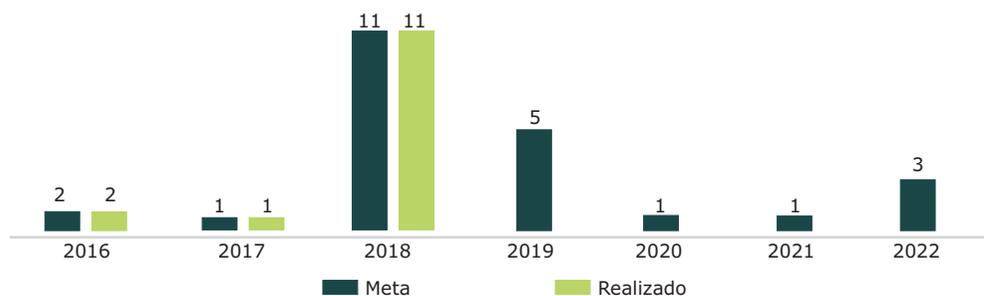
Em 2019, pretende-se avançar nas seguintes iniciativas:

- ✓ Aplicação do Protocolo para mensuração da Meta 11 de biodiversidade;
- ✓ Implementação de uma Nova plataforma informatizada do CNUC;
- ✓ Regulamentação de Zona de Amortecimento, de RPPN e dos artigos 47 e 48 do SNUC;
- ✓ Elaboração de uma Estratégia Nacional para o SNUC;
- ✓ Atualização do Plano Nacional de Áreas Protegidas;
- ✓ Captação de recursos para fase 2 dos Projetos Gef-Mar e Paisagens Sustentáveis da Amazônia;
- ✓ Assinatura do Projeto SNUC-LifeWeb.

Gestão sustentável de paisagens com ênfase em áreas prioritárias

Conforme definido no Planejamento Estratégico do MMA, em 2018, foram elaborados 11 instrumentos para conservação, recuperação e gestão sustentável de paisagens, sendo eles: (i) Cenários de recuperação da vegetação nativa por bioma, baseados no potencial de regeneração natural; Designação dos Sítios Ramsar (ii) Rio Negro, (iii) Estuário do Amazonas e seus Manguezais, (iv) Fernando de Noronha, (v) ESEC Taimã - Pantanal; (vi) Rio Juruá; Mapa das Áreas Prioritárias para Conservação da Biodiversidade dos biomas: (vii) Mata Atlântica, (viii) Amazônia, (ix) Pampa e (x) Zona Costeira e Marinha; e (xi) Estratégia de implementação de RAMSAR com foco nos sítios.

Número de instrumentos para conservação, recuperação e gestão sustentável de paisagens elaborados



Acesso ao Patrimônio Genético

Em 2018, dentro da iniciativa estratégica de Fortalecer e Promover o Acesso ao Patrimônio Genético e Conhecimentos Tradicionais Associados e a Repartição Justa e Equitativa dos Benefícios no Brasil e em Nível Internacional, foi firmado o Projeto GEF-Cadeias de Fitoterápicos junto com o PNUD e a ABC - Agência Brasileira de Cooperação. Como primeira atividade, foram programadas, em parceria com o Ministério da Integração e Fundação Oswaldo Cruz – FIOCRUZ, a realização de 5 oficinas dentro do Projeto Rota da Biodiversidade, sendo a primeira realizada em Campina Grande (PB). Foi iniciado, ainda, em conjunto com a ABC, uma estratégia de promoção da Agenda Brasileira

de Acesso e Repartição de Benefícios em fóruns bilaterais e multilaterais. Assim, foi firmado o primeiro acordo com o Uruguai, e foi realizada missão de prospecção de novos Acordos de Cooperação Técnica junto aos países do Mercado Comum do Caribe – CARICOM. Além disso, foram acordados mais 2 projetos com El Salvador e Guatemala.

Para o ano de 2019 espera-se a completa implementação do Fundo Nacional para Repartição de Benefícios – FNRB, com a seleção da instituição financeira que irá fazer a gestão dos recursos financeiros do Fundo. Além disso, espera-se dar continuidade ao Projeto GEF-Cadeias e ao início da implementação dos Projetos Bilaterais com o Uruguai, El Salvador e Guatemala.

Conselho de Gestão do Patrimônio Genético - Cgen

Em 2018, o MMA apoiou técnica e administrativamente a realização de 7 Reuniões do CGen, bem como apoiou as reuniões de sua Câmara Setorial da Academia e da sua Câmara Setorial das Populações Indígenas, Comunidades Tradicionais e Agricultoras(es) Tradicionais detentores de Conhecimento Tradicional Associado ao Patrimônio Genético.

Quanto ao Plano Nacional de Sensibilização e Fortalecimento de Capacidades em Acesso e Repartição de Benefícios e Estratégia de difusão de Protocolos Comunitários, foi realizada oficinas de capacitação com a academia em parceria com o FORTEC nas cidades de Florianópolis, Maceió, Manaus e Rio de Janeiro e ainda capacitação com servidores da FUNAI e IBAMA, totalizando mais de 1900 pessoas capacitadas.

Apenas em 2018, considerando todas as capacitações, 3.279 multiplicadores foram treinados sobre acesso ao patrimônio genético e ao conhecimento tradicional associado e repartição de benefícios.



3.279 multiplicadores foram capacitados sobre acesso ao patrimônio genético

Ademais, o Sistema Nacional de Gestão do Patrimônio Genético e do Conhecimento Tradicional Associado – SisGen foi disponibilizado em sua primeira versão em 06/11/2017. Desde essa data até 31 de dezembro de 2018 foram realizados pelos usuários um total de 45.182 cadastros de acesso ao patrimônio genético e/ou ao conhecimento tradicional associado e 434 cadastros de remessa ao exterior. Dentre esses, 44.963 (ou 99,51%) dos cadastros de acesso e 427 (ou 98,38%) dos cadastros de remessa foram realizados durante o ano de 2018.

45.182 cadastros de acesso ao patrimônio genético em 2018

Como perspectivas e desafios para 2019, lista-se o desenvolvimento do Portal Brasileiro sobre ABS, a Versão 2 do

SisGen (módulo de rastreabilidade), do Módulo de Acordos Setoriais do SisGen, e do Módulo de Registro de Acordos de Repartição de Benefícios da União no SisGen, ações que serão realizadas com recursos do orçamento federal e do Projeto GEF ABS.

Zoneamento Ambiental e Produtivo (ZAP) e Indicadores de Sustentabilidade em Agroecossistemas (ISA)

O Zoneamento Ambiental e Produtivo (ZAP) é um instrumento orientado para promover a adequação ambiental em territórios rurais e tem como objetivos delimitar e caracterizar as unidades da paisagem inseridas em uma sub-bacia hidrográfica, permitindo identificar as áreas sensíveis e aquelas mais adequadas para a exploração agropecuária e florestal.

Já os Indicadores de Sustentabilidade em Agroecossistemas - ISA constituem um sistema de aferição do desempenho ambiental e socioeconômico de imóveis rurais, com foco na prevenção ou mitigação de riscos ambientais, e identificação de oportunidades para a produção sustentável.

Para implementar esses instrumentos, em 2018 foi realizado mais um curso de EAD, focados na temática do Cadastro Ambiental Rural, para mais de 4 mil participantes.

Também foi realizada a aplicação do ZAP, com o ISA ainda em processo de aplicação, na sub bacia do Rio São Bartolomeu, uma sub bacia do Rio Doce, no município de Viçosa – MG.

Foram realizadas ações de articulação e planejamento para a

a realização do ZAP e aplicação do ISA na sub bacia do Rio Urupá (Bacia do Rio Jamarí) em Rondônia. Foi estabelecido um cronograma de trabalho que inclui uma etapa presencial de curso de treinamento de servidores dos órgãos estaduais e municipais da região da sub bacia para o desenvolvimento e adaptação dos instrumentos ZAP e ISA à bacia do Rio Urupá.

Com a conclusão do ZAP na sub bacia do Rio São Bartolomeu e a perspectiva de concluir o ZAP e ISA na sub bacia do Rio Urupá até abril de 2019, será possível iniciar o processo de seleção dos candidatos à capacitação EAD aos interessados de todas as regiões do país, o que poderá ocorrer a partir de maio de 2019.

O desafio que se coloca depois de concluído o projeto é o de consolidar o processo de disseminação e uso do ZAP e ISA em escala nacional, principalmente junto as entidades de assistência técnica e extensão rural e seus agentes.

além do pagamento de benefícios a famílias inseridas em Projetos de Assentamentos e Unidades de Conservação, apoio a produção sustentável e ações de conservação de base comunitária, a qualificação do monitoramento e o estabelecimento de uma estratégia para captação de recursos.

Durante o ano de 2018, houve uma intensa negociação para garantir a aprovação do projeto em tela. Além disso, podem ser citados os avanços para a finalização do sistema de gestão de áreas e beneficiários para programa de Pagamentos por Serviços Ambientais, o qual está sendo elaborado pela Universidade Federal de Lavras em parceria com o MMA.

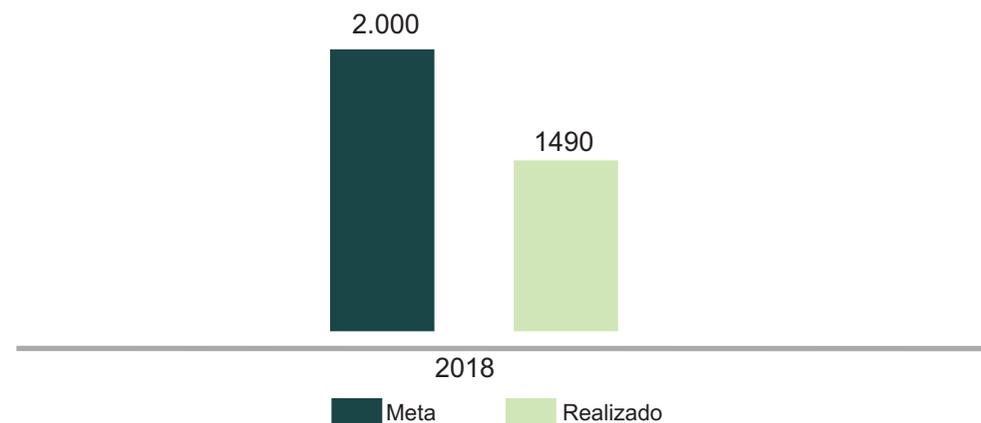
Ademais, buscando dar continuidade às ações realizadas durante o período de atividade do Programa Bolsa Verde, foram ofertadas, através de parceria com o Ministério da Educação, 1.490 vagas para capacitações de beneficiários de áreas partícipes do Programa.

Conservação Ambiental por meio de ações de valorização dos serviços ambientais

Visando suprir o corte orçamentário enfrentado em 2017 pelo então vigente Programa Bolsa Verde, o MMA apresentou, através de uma parceria com o PNUD, um projeto para o Fundo Amazônia/BNDES intitulado "Programa de Apoio a Conservação Ambiental - PCA".

O projeto tem por objetivo implementar um Programa de Pagamento por Serviços Ambientais no Brasil, voltado para território de povos e comunidades tradicionais, e prevê,

Número de vagas do PRONATEC Bolsa Verde ofertadas a moradores de áreas beneficiadas



Territórios, povos e comunidades tradicionais e da agricultura familiar beneficiados com ações de inclusão socioambiental e produtiva

Para essa agenda, destaca-se que, em 2018, foram incluídos dois novos produtos na Política de Garantia de Preços Mínimos – PGPM-Bio: o buriti (fruto) e o murumuru (fruto), conforme Portaria nº 14, de 3 de janeiro de 2018 (DOU em 12/01/2018). Atualmente a PGPM-Bio conta com 17 produtos subsidiados (açai, andiroba, babaçu, barú, borracha natural, buriti, cacau, carnaúba, castanha-do-Brasil, juçara, macaúba, mangaba, murumuru, pequi, piaçava, pinhão, umbu).

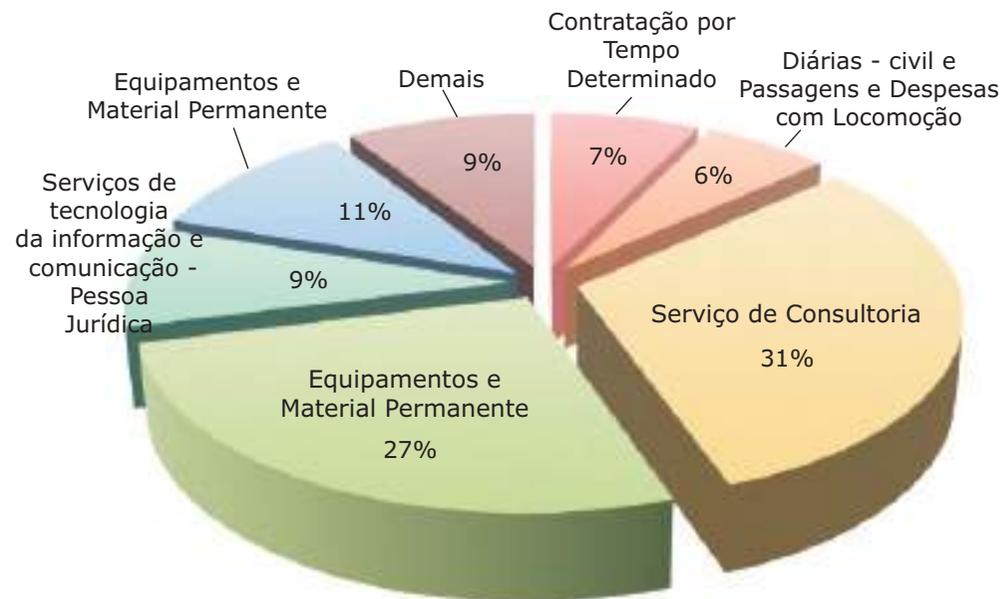
R\$ 9,4 milhões pagos a mais de 5 mil extrativistas em todo o país como forma de apoio a produção

Também se destaca avanços normativos relacionados a Publicação da Portaria SEAD nº 129, de 7 de março de 2018, com o Selo de Identificação da Participação da Agricultura Familiar (Sipaf) Sociobiodiversidade.



Gestão financeira e Orçamentária do Tema

Biodiversidade e Inclusão Socioambiental (empenhado)



Secretaria de Orçamento Federal
 SIOF Gerencial - Execução Orçamentária - Execução e RAP
 Data de geração deste relatório: 20/02/2019 10:52:18
 Ações orçamentárias que compõem o tema:
 1500 - XXV Congresso Mundial da União Internacional de Organizações de Pesquisa Florestal
 20LU - Conservação de Espécies
 20LX - Ampliação e Consolidação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza
 20M4 - Apoio à Implementação de Políticas Agroambientais
 20TS - Desenvolvimento Sustentável da Economia de Patrimônio Genético e Conhecimentos Tradicionais Associados e Repartição de Benefícios
 20VN - Conservação e Recuperação de Ecossistemas
 20VQ - Gestão Socioambiental em Territórios de Povos e Comunidades Tradicionais e Agricultores Familiares e em Terras Indígenas
 20WA - Desenvolvimento Florestal Sustentável e Manejo Florestal Comunitário Familiar
 20WB - Pesquisa e Informações Florestais
 8308 - Regularização Ambiental dos Imóveis Rurais nas Unidades da Federação

Base do gráfico

Elemento de Despesa (desc.)	Empenhado
04 - Contratação por Tempo Determinado	1.086.887,25
14 e 33 - Diárias - Civil e Passagens e Despesas com Locomoção	913.635,8
35 - Serviço de Consultoria	4.611.320
39 - Outros serviços de terceiros - Pessoa Jurídica	3.935.070,78
40 - Serviços de tecnologia da informação e comunicação - Pessoa Jurídica	1.306.419,29
40 - Serviços de tecnologia da informação e comunicação - Pessoa Jurídica	1.599.112,24
Demais	1.375.202,41



Recursos Hídricos e Qualidade Ambiental

É objetivo estratégico do MMA implementar iniciativas para promover a gestão ambientalmente adequada dos recursos naturais e do uso múltiplo da água.



Revitalização de Bacias Hidrográficas

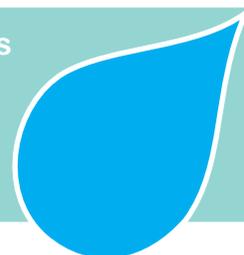
A revitalização implementada pelo Governo Federal consiste em promover e fortalecer um conjunto de ações ambientais com vistas à preservação, conservação e recuperação dos rios brasileiros. As ações são executadas de forma descentralizada, somadas a um forte processo de articulação permanente com o conjunto de instituições envolvidas com a revitalização de bacias hidrográficas.

Ao longo do segundo semestre de 2018 o MMA coordenou o processo para a construção do Programa Nacional de Revitalização de Bacias Hidrográficas. Essa ação contou com a participação de cerca de 300 instituições do poder público, sociedade civil, comitês de bacias hidrográficas, organismos internacionais e academia. Para tanto, foi realizado um conjunto de encontros regionais e um encontro nacional que tiveram como objetivo identificar ações em curso e coletar subsídios para a elaboração do

documento base que será um orientador para o planejamento e implementação do Programa. Neste documento serão definidas diretrizes, objetivos, arranjo institucional, metas, áreas prioritárias e cronograma.

Além disso, em 2018 foram formalizados 3 Acordos de Cooperação Técnica - Itaipu Binacional, Instituto Espinhaço e Ecodata - com objetivo de conjugar esforços para o desenvolvimento de ações relacionadas à revitalização. Por fim, foram formalizados 8 contratos de repasse com municípios, provenientes de emendas parlamentares. Estes instrumentos somam R\$ 2,2 milhões.

Investidos R\$ 2,2 milhões em municípios para desenvolvimento de ações de revitalização de bacias



Política Nacional de Recursos Hídricos

O Plano Nacional de Recursos Hídricos - PNRH, aprovado pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos - CNRH em 2006, para uma vigência até 2020, é um dos

instrumentos previstos na Política, e estabelece programas e ações a serem desenvolvidas pelos entes do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos.

Considerando que o PNRH está em seu último ciclo de implementação, em 2018, com o apoio de consultorias especializadas, foram elaborados os estudos: "Marco Lógico e Estratégia para a Elaboração do PNRH a vigorar a partir de 2021" e "Estratégia de Comunicação do Plano Nacional de Recursos Hídricos tendo em vista o processo para a elaboração do PNRH a vigorar em 2021".

No âmbito do CNRH, as principais Resoluções aprovadas pelo Conselho trataram da "instituição do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Parnaíba", que deu origem ao Decreto Presidencial nº 9.335, de 5 de abril de 2018; do "Plano de Recursos Hídricos da Região Hidrográfica do Paraguai - PRH Paraguai"; dos "mecanismos e valores de cobrança pelo uso de recursos hídricos de domínio da União na Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco" e das "diretrizes para a gestão integrada de recursos hídricos superficiais e



subterrâneos que contemplem a articulação entre a União, os Estados e o Distrito Federal com vistas ao fortalecimento dessa gestão”.

62,5% do território nacional está coberto com Planos Estaduais de Recursos Hídricos



Política Nacional de Resíduos Sólidos

O Plano Nacional de Resíduos Sólidos contempla a problemática dos diversos tipos de resíduos gerados, as alternativas de gestão e gerenciamento passíveis de implementação, planos de metas, programas, projetos e ações correspondentes.

A revisão e a atualização do Plano Nacional de Resíduos Sólidos, o qual tem vigência por prazo indeterminado e horizonte de vinte anos, conforme Art. 15 da Lei nº 12.305/2010, é prevista para ocorrer a cada quatro anos. Tal periodicidade visa possibilitar ajustes no planejamento mediante ocorrência de novos fatores críticos que, eventualmente, não tenham sido considerados quando da elaboração do Plano, de modo a manter sua atualidade.

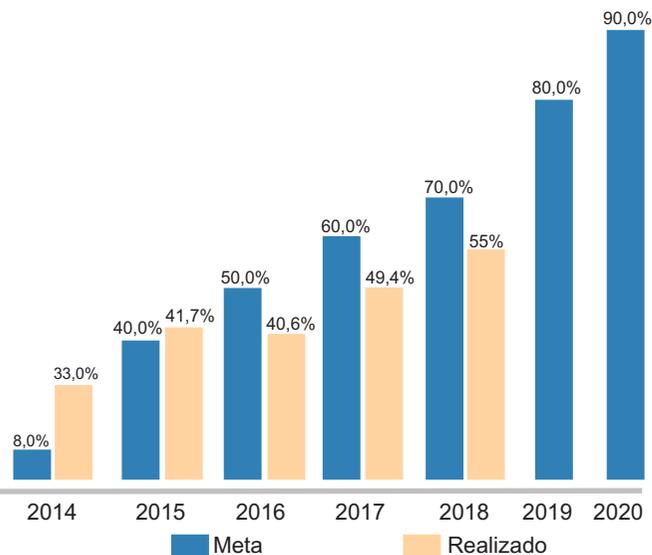
Portanto, a revisão e a atualização permitem um caráter dinâmico ao planejamento, de modo a orientar de maneira permanente a alocação de recursos públicos em ações identificadas como prioritárias no Plano, o qual figura como o principal elemento do planejamento

na área.

Nesse sentido, foi iniciado o processo de revisão do referido instrumento por meio da contratação de um consórcio internacional. O consórcio elaborou parte dos documentos necessários para subsidiar a revisão do Plano Nacional, consubstanciados nos dois primeiros produtos em um total de sete previstos. A saber: o levantamento e avaliação das fontes relacionadas a resíduos e o panorama e diagnóstico da situação dos resíduos sólidos no Brasil, abordando a situação dos planos de resíduos e a capacidade institucional dos entes.

A perspectiva para 2019 é dar continuidade ao processo de revisão do Plano Nacional e finalizá-lo até início de 2020, concluindo os estudos necessários pendentes para elaboração da minuta da versão revisada do Plano, a fim de que a mesma seja, na sequência, submetida à apreciação pelo Comitê Interministerial - CI. Esta é uma etapa essencial no processo de revisão para que, em 2020, a minuta possa ser submetida à sociedade por meio de consulta pública e de instâncias de participação social ampliada.

Porcentagem de municípios com Planos de Resíduos Sólidos elaborados



Sistema Nacional de Informações sobre Gestão de Resíduos Sólidos - SINIR

O SINIR é um dos instrumentos previsto na Política Nacional de Resíduos Sólidos – PNRS. Para concepção da primeira versão desse sistema, celebrou-se, em dezembro de 2012, um contrato entre o MMA e a Fundação Universidade de Brasília para o desenvolvimento de um projeto de inovação tecnológica, com uso de ontologias, Arquitetura Orientada para Serviços, softwares livres e gratuitos e padrões de interoperabilidade que

garantam a articulação entre as distintas bases de dados.

Ainda em 2012, foi lançado o portal SINIR no endereço eletrônico, [+ Informações](#) contendo informações preliminares, com destaque para a consulta de indicadores de Resíduos Sólidos Urbanos integrados à base de dados do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS-RS).

Em 2018, O SINIR foi migrado para a plataforma Joomla, possibilitando a edição do seu conteúdo. Ainda em 2018, foi criado um módulo para coleta de informações, junto aos órgãos estaduais de meio ambiente, referente: a existência de planos estaduais e municipais de resíduos sólidos, dados sobre disposição final (aterros e lixões) e instrumentos de logística reversa estaduais.

O MMA assinou um acordo de cooperação técnica com duração de 24 meses com o BID com objetivo de integrar as bases de dados e informações, identificando dados de resíduos sólidos nelas existentes e considerando o seu adequado armazenamento, ordenamento, sistematização, compartilhamento e sua

disseminação por meio de estatísticas, indicadores, mapas e outras formas relevantes, visando à caracterização da gestão e gerenciamento de resíduos sólidos, inclusive a Logística Reversa. Essa iniciativa se coloca como principal desafio para 2019.



Implementação da Logística Reversa

A Política Nacional de Resíduos Sólidos trouxe o instrumento de logística reversa que estabelece a obrigação de fabricantes, importadores, comerciantes e distribuidores para coleta, transporte dos produtos descartados pelo consumidor para reaproveitamento ou destinação final.

Em 2018 ocorreu a assinatura de mais um instrumento de regulamentação desses sistemas, o termo de compromisso de embalagens de aço. Também foi publicado para consulta pública o primeiro decreto para a logística reversa de medicamentos descartados pelo consumidor e o acordo setorial para baterias automotivas. Também está sendo negociando uma proposta de

acordo setorial para regulamentar cadeias que eram disciplinadas por resolução Conama antes da publicação da lei 12302/10, ou seja, pneus e óleo lubrificantes.

Para o ano de 2019 está planejada a assinatura do acordo setorial de eletroeletrônicos, o de bateria automotiva e o decreto de medicamentos. Outro desafio relevante é avançar nas revisões dos primeiros acordos setoriais já assinados: embalagens plásticas de óleo lubrificante, lâmpadas e embalagens em geral.



Melhoria da qualidade ambiental

Em 2018, o MMA concluiu o texto do Anteprojeto de Lei de Substâncias Químicas, que dispõe sobre o inventário, a avaliação e o controle de substâncias químicas, após intenso debate sobre esta iniciativa regulatória na Comissão Nacional de Segurança Química – Conasq.

Assim, o MMA deu seguimento as atividades de fortalecimento da infraestrutura legal-institucional para Segurança Química no Brasil e o alcance da meta da Gestão das Substâncias Químicas, que aponta para que até 2020 todas as substâncias químicas sejam tratadas de forma segura ao meio ambiente e à saúde humana.

Concluiu também Anteprojeto de Lei que trata da diminuição do limite vigente de chumbo em tintas, e Proposta de Resolução a ser enviada ao Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA referente ao controle de substâncias químicas perigosas em equipamentos eletrônicos, visando restringir o uso de mercúrio, cádmio, chumbo, cromo hexavalente, retardantes de chamas (PBDs e PBDEs) e ftalatos (componentes de plásticos).

O MMA, como Ponto Focal Nacional, logrou concluir os inventários e planos de gestão de resíduos de bifenilas policloradas e resíduos contaminados com bifenilas em três companhias elétricas, quais sejam: Amazonas Eletrobrás (todos os estados Amazônicos), CHESF (Bahia, Sergipe, Alagoas e Pernambuco) e COPEL (Paraná,

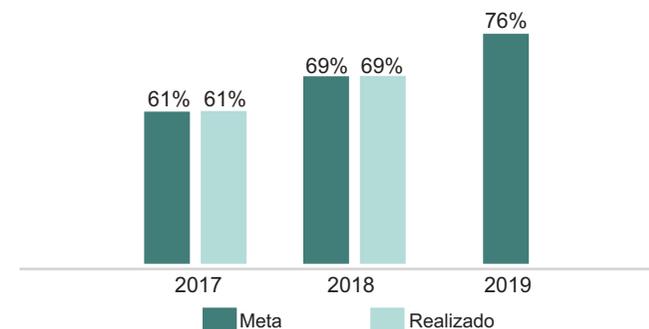
Mato Grosso Goiás e São Paulo). No momento, mais duas companhias elétricas, quais sejam a CEEE (Rio Grande do Sul) e Eletrobrás-Eletrobrás Rondônia estão sendo apoiadas para realizar o inventário e plano de gestão para o gerenciamento ambientalmente adequado dos resíduos de bifenilas policloradas.

Zoneamento Ecológico-Econômico-ZEE

Ao longo de 2018, houve a conclusão e apresentação do MacroZEE da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (MacroZEE BHSF), cuja execução foi coordenada pelo próprio MMA. Acesse:

[+ Informações](#)

Cobertura do território nacional com diretrizes de uso e ocupação sustentáveis definidas por meio de iniciativas de ZEE federais



Ainda durante o ano de 2018, houve o apoio técnico aos Estados de Tocantins, Distrito Federal e Rio Grande do Sul para a elaboração de seus respectivos ZEEs. Por fim, em parceria com o BNDES no âmbito do Fundo Amazônia, criou-se a linha de recursos (R\$ 90 milhões) destinada a promover o apoio à elaboração, revisão, detalhamento e implementação do Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) dos Estados da Amazônia Legal, no limite de até R\$ 10 milhões por UF. [+ Informações](#)

73% do território nacional possui diretrizes de uso e ocupação sustentáveis de ZEE estaduais

Os principais desafios relacionados ao Programa ZEE Brasil está no desenvolvimento de estratégias e mecanismos para fortalecer, implementar, monitorar e avaliar o ZEE, e consolidar a atuação da Comissão Coordenadora do Zoneamento Ecológico-Econômico – CCZEE e do Consórcio ZEE Brasil; e na revisão e difusão das diretrizes metodológicas de

de elaboração do ZEE. Torna-se também necessário publicar o Decreto do Federal instituindo o seu *MacroZEE*.



As ações do MMA para contribuir com a melhoria do Gerenciamento Costeiro, em 2018, concentraram-se em três temas principais: 1) combate ao lixo no mar, 2) Programa Nacional para Conservação da Linha de Costa (Procosta) e 3) diagnóstico da zona costeira.

Buscando contribuir para a solução do problema do lixo do mar foram realizadas as seguintes entregas: criação (Portaria Ministerial Nº 188, de 04/06/18) e coordenação da Comissão Organizadora para elaboração do 1º Plano de Ação Nacional para Combate ao Lixo no Mar; lançamento da Consulta

Pública/Questionário eletrônico para captação de subsídios para a elaboração do Plano; e participação em reuniões do Steering Committee do Global Partnership on Marine Litter/ONU Meio Ambiente.

Com relação ao Procosta, que tem por objetivo desenvolver um projeto amplo e duradouro para conservação da costa brasileira, focando em aspectos relacionados à alteração da linha de costa (ocasionada por processos erosivos ou eventos extremos, por exemplo), em 2018, destacam-se os seguintes avanços: (i) criação do Programa por meio da Portaria Ministerial Nº 76, de 27/03/18; (ii) publicação do Livro “Panorama da Erosão Costeira no Brasil”; (iii) publicação do Guia de Diretrizes de Prevenção e Proteção à Erosão Costeira, elaborado por grupo de trabalho vinculado à Comissão Interministerial para os Recursos do Mar; (iv) participação e apoio financeiro ao VIII Encontro da Rede BRASPOR (Rio Grande/RS) e; (v) apoio financeiro à continuidade do Sistema de Modelagem Costeira/SMC-Brasil;

O terceiro tema abordado refere-se à elaboração de uma nova versão do Macrodiagnóstico da Zona Costeira (MDZC), instrumento legal sob a responsabilidade do MMA. O MDZC reúne informações geográficas, biológicas, econômicas e populacionais da zona costeira brasileira. A proposta é que essa versão seja elaborada em formato digital, com disponibilização de mapas e banco de dados. Em 2018, foi elaborado Termo de Referência para confecção do Macrodiagnóstico da Zona Costeira/e-MDZC 1.0;

Como desafio para 2019 estão previstas: 1) publicação do 1º Plano de Ação Nacional para Combate ao Lixo no Mar; 2) preparação para 4ª Assembleia da ONU Meio Ambiente/UNEA; 3) organização do VIII curso de capacitação no SMC-Brasil; 4) organização do 1º curso de capacitação sobre o Guia de Diretrizes de Prevenção e Proteção à Erosão Costeira; 5) desenvolvimento do e-MDZC 1.0; 6) viabilizar parcerias para confecção de mapas de erosão costeira; e 7) participação e apoio financeiro ao XII Encogerco, a ser realizado na cidade de Santos, no segundo semestre de 2019.



Como importantes resultados obtidos durante o exercício de 2018, destacam-se a retomada do Comitê Gestor do Plano de Produção e Consumo Sustentável – PPCS, com definição da estratégia e implementação do 2º Ciclo do Plano, fortalecimento e participação em colegiados como CISAP, ABNT-ISO, ISE-Bovespa e Comissão Nacional dos ODS.

Ocorreu também a realização da Semana de Conscientização da Perda e Desperdício de Alimentos, que é um importante marco visto que a produção e o consumo de alimento são áreas que demandam melhor gestão, desenvolvimento e aplicação do conhecimento científico para ampliar a oferta de alimentos com menor impacto ambiental.

Também podem ser destacados a formulação de programa para implementação de Hortas Comunitárias Urbanas, que culminou em Guia Prático, em parceria com a Fundação Progresso, PNUMA, CEBDS e SEBRAE, além da coordenação dos estudos sobre dinâmica populacional e consumo, impactos territoriais, mudanças climáticas e produtividade.

Para 2019 está prevista a continuidade da implementação do 2º Ciclo do PPCS. Também estão programadas atividades relacionadas aos Relatórios de Sustentabilidade em parceria com a ONU Meio Ambiente, de Compras Públicas Sustentáveis, conforme Acordo de Cooperação Técnica celebrado com a CNI e o antigo Ministério da Indústria, Desenvolvimento e Comércio Exterior.

Percentual de Compras Públicas sustentáveis



Trata-se de indicador no qual é medida a proporção (em valor) de contratações públicas sustentáveis em relação às contratações públicas totais, realizadas pelo Governo Federal, a partir do Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais (SIASG).



O Programa Agenda Ambiental na Administração Pública – A3P firmou, em 2018, 62 novos Termos de Adesão. Hoje totaliza 412 adesões ao programa desde a instituição do Termo de Adesão. O número expressivo de adesões pode ser creditado a:

Difusão do programa em larga escala com a remodelação do portal da A3P (os interessados encontram a informação atualizada e numa linguagem clara e objetiva);

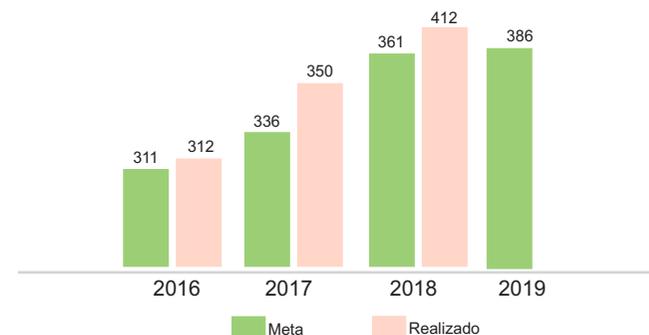
Ampliação do boletim REDE A3P (hoje com mais de 1 mil instituições cadastradas);

Promoção de cursos A3P e presença em palestras em todo país. Quanto aos cursos, em 2018 a A3P promoveu 68 turmas de capacitação em Sustentabilidade na Administração Pública, atingindo todas as Unidades da Federação, capital e interior - foram mais de 3 mil pessoas capacitadas.

Em 2018, a A3P promoveu a entrega do "7º Prêmio Melhores Práticas de Sustentabilidade" e realizou o "10º Fórum A3P", que contou com um público de 300 participantes. Também contribuiu para o aumento no número de adesões, as articulações realizadas com diversos consórcios municipais (em especial os consórcios de Sergipe), e a parceria com programas estaduais de sustentabilidade (destacando-se o Programa Município Verde Azul de São Paulo).

Para o ano de 2019 a A3P planeja dar continuidade à realização de turmas de capacitação presencial e à distância e publicar a Portaria do "8º Prêmio a A3P".

Número de Adesões à A3P pelas instituições públicas



Educação Ambiental



Em 2018, foram firmados acordos de cooperação com 9 estados da federação e 5 instituições visando a implementação conjunta de ações de Educação Ambiental. Também foram executados recursos de emendas parlamentares para a adoção de práticas sustentáveis no âmbito da Copa Verde.

Em parceria com o MEC, foi realizada a V Conferência Infantojuvenil pelo Meio Ambiente onde foram envolvidas 9.690

escolas, 2.430 municípios e 2.650.00 pessoas. Foi realizada uma gincana nacional que envolveu 300 grupos em ações de cuidado com a água, e mobilizados coletivos de juventude nas 27 UFs. O MMA ainda atuou na capacitação de gestores estaduais e municipais com a formação de 2.463 gestores.

2.463 gestores estaduais e municipais capacitados

Ainda em 2018, destacam-se as seguintes publicações:

- 5 cadernos sobre a avaliação dos 10 anos da CIJMA;
- Manual de Implementação da Educare;
- Nova edição do Programa Nacional de Educação Ambiental; e
- Nova edição do Coleciona: fichário do educador ambiental.

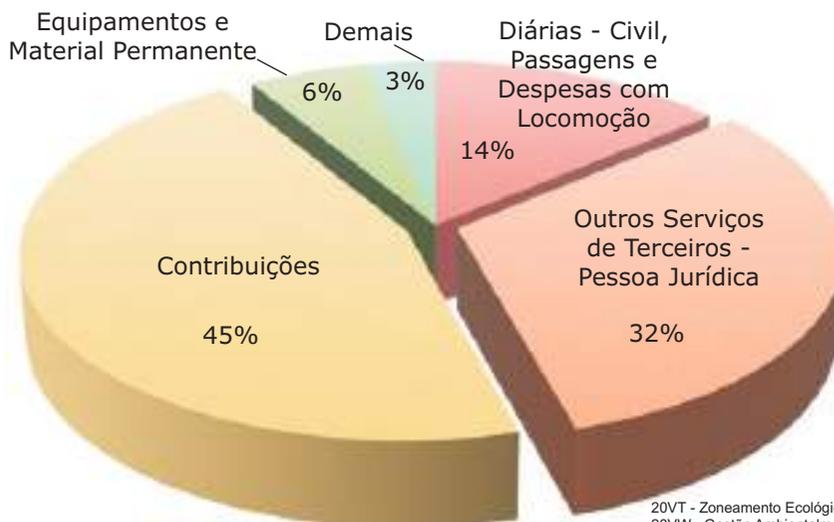
Ademais, foram implementadas 281 novas salas verdes; foi lançada a IX Edição do Circuito Tela Verde envolvendo 1000 espaços exibidores; e foram desenvolvidas

ações de estruturação da plataforma de educação a distância com a disponibilização de 23 cursos e oferta de 143 turmas que formaram 7.759 pessoas.

Para 2019, estão planejadas ações relacionadas: à Coordenação da Política Nacional de Educação Ambiental com o MEC e Comitê Assessor do Órgão Gestor da Política; à manutenção da plataforma de EaD do MMA com a atualização dos cursos e estruturação de novos cursos; o fortalecimento dos coletivos de juventude pelo Meio Ambiente; ao fortalecimento das Comissões Interinstitucionais de Educação Ambiental; à estruturação de um Plano Nacional de Educação Ambiental; à implementação dos programas em curso em diálogo com as secretarias e vinculadas do MMA; e à ampliação e fortalecimento do projeto Salas Verdes e Circuito Tela Verde.



Recursos Hídricos e Qualidade Ambiental (Empenhado)



Base do gráfico

Elemento de Despesa (desc.)	Empenhado
14 e 33 - Diárias - Civil, Passagens e Despesas com Locomoção	1.171.154,63
39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	2.657.569,88
41 - Contribuições	3.809.784,08
52 - Equipamentos e Material Permanente	460.244
Demais	280.058,07

Secretaria de Orçamento Federal
 SIOF Gerencial - Execução Orçamentária - Execução e RAP
 Data de geração deste relatório: 20/02/2019 11:09:13
 ** Unidades Orçamentárias: 44101,44102, 44901 e 44902
 10TT - Monitoramento da Recuperação Ambiental da Bacia Carbonífera de Santa Catarina
 20M8 - Implementação do Plano de Ação para Produção e Consumo Sustentáveis (PPCS)
 20VR - Recuperação e Preservação de Bacias Hidrográficas
 20VS - Formulação e Apoio à Implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos

20VT - Zoneamento Ecológico-Econômico
 20VW - Gestão Ambientalmente Adequada de Substâncias Químicas
 20VX - Fomento para a Melhoria da Qualidade Ambiental
 20VY - Apoio à Implementação da Política Nacional de Educação Ambiental
 20VZ - Articulação para a Gestão e Implementação das Políticas Públicas Ambientais Nacionais
 20W3 - Apoio à Gestão Ambiental em Áreas Urbanas
 20W6 - Apoio à Implementação de Instrumentos Estruturantes da Política Nacional de Resíduos Sólidos
 20W8 - Implementação da Agenda Ambiental na Administração Pública - A3P
 20WO - Fiscalização Ambiental em Unidades de Conservação



Desempenho da Gestão





Informação e Integração

A instituição se compromete a organizar, gerir e disponibilizar informações padronizadas, qualificadas, atualizadas e fidedignas, com linguagem adequada, suportadas por bancos de dados institucionais e integrados por sistemas tecnológicos modernos. É também estratégico estruturar canais ágeis e eficientes de comunicação e diálogo com as partes interessadas, para garantir o envolvimento dos atores necessários em prol do alcance dos objetivos institucionais, como foco na gestão por resultado.

Disponibilizar e facilitar o acesso às informações ambientais

Em 2018, como principais resultados do esforço de estabelecer processos institucionais e de ferramentas para disponibilizar e dar transparência às informações ambientais, em atendimento ao objetivo estratégico, destacam-se:

 Elaboração de painéis de informação em apoio a política de abertura de dados do MMA; Essa ferramenta de comunicação visual contribui para a criação de uma nova dinâmica na disponibilização, integração e compartilhamento de dados e informações, de modo a auxiliar não só os gestores e dirigentes no monitoramento dos resultados e na tomada de decisões, mas também os cidadãos no acesso à informação;

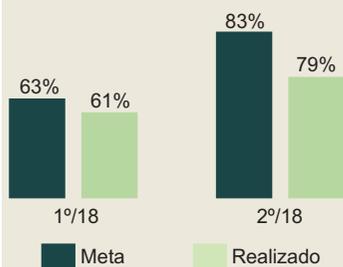
 Abertura dos conjuntos de dados do MMA selecionados no Plano de Ação do Plano de Dados Abertos 2017/2018 e disponibilizados na Infraestrutura Nacional de Dados Abertos - INDA do Governo Digital.

 Adequação das metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS à realidade nacional e participação na formulação dos indicadores nacionais ambientais, juntamente com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA;

Execução das ações e marcos acordados no compromisso 15 da Parceria Governo Aberto - OGP. Compromisso 15 – “Criar espaço de diálogo entre governo e sociedade para implementação de ações voltadas à transparência em meio ambiente” previsto no 3º Plano de Ação Nacional do Brasil para Governo Aberto;

Informação e Integração

Processos de trabalho para disponibilização de informações sobre meio ambiente

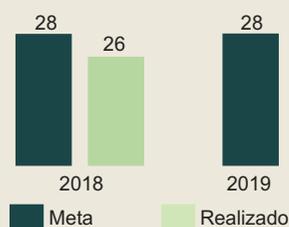


Para 2019, pretende-se fortalecer a estratégia de acesso à informação e à abertura de dados do MMA. Nesse contexto, é preciso disponibilizar as bases de dados da instituição por meio de painéis estruturados como ferramenta de inteligência de dados, com o intuito de aprimorar a qualidade e a dinâmica na prestação das informações ambientais. Além disso, deve-se elaborar e publicar o Plano de Dados Abertos do MMA para o biênio 2019/2020 e atender aos mecanismos de publicidade, transparência e eficiência exigidos pela sociedade, assim como propor novos indicadores ambientais nacionais.

Portal Nacional do Licenciamento Ambiental - PNLA

O exercício de 2018 finalizou com a integração de 25 estados e IBAMA ao Portal Nacional, faltando Roraima e Amapá por ainda não terem sistemas. Foi também assinado o Termo de Cessão de Uso de Software do SEIAM/AC, sistema de licenciamento do Acre, para ser disponibilizado gratuitamente para todos os municípios.

Quantidade de órgãos licenciadores integrados ao PNLA



Diálogo e Integração institucional com as partes interessadas

O Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA, é órgão consultivo e deliberativo do Sistema Nacional do Meio Ambiente, a partir das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 6.938, de 1981, e tem a finalidade de assessorar, estudar e propor diretrizes de políticas governamentais ambientais e deliberar, no âmbito de sua competência, sobre normas e padrões para o meio ambiente ecologicamente equilibrado. O CONAMA é uma das principais instâncias do MMA de interlocução com a sociedade. Sua composição abrange os cinco segmentos da sociedade, a saber: governos federal, estaduais e municipais, representantes de entidades de trabalhadores, da sociedade civil e setor empresarial.

Em 2018, após discussão nas Câmaras Técnicas, foram debatidas e aprovadas pelo Plenário do CONAMA oito propostas de Resolução, conforme segue:



Informação e Integração

-  Resolução nº 484/2018, sobre produtos e subprodutos florestais;
-  Resoluções nº 486/2018 e nº 488/2018, que tratam de Revogação de Resoluções CONAMA alteradas por legislação superveniente;
-  Resolução nº 487/2018, que dispõe sobre marcação de animais da fauna silvestres;
-  Resolução nº 489/2018, que dispõe sobre uso e manejo de animais em cativeiro;
-  Resolução nº 490/2018, que trata da Fase PROCONVE P8;
-  Resolução nº 491/2018, sobre Qualidade do ar; e
-  Resolução nº 492/2018, que trata das Fases PROCONVE L7 e L8.

O planejamento para 2019 prevê a conclusão do trabalho de revisão das Resoluções CONAMA 302/02 e 303/02, que dispõem sobre APP, bem como conclusão das propostas de resolução que tiveram sua tramitação no CONAMA iniciada em 2018. São seis matérias relacionadas aos temas como biodiversidade, controle e qualidade ambiental.

Maiores informações sobre o CONAMA podem ser encontrada em seu Portal:  **+ Informações**

Painéis de Informação



Mostra de forma interativa e dinâmica as relações entre as metas dos ODS e as iniciativas estratégicas, metas PPA, ações, eventos e indicadores do MMA, além de acompanhar a evolução dos trabalhos desenvolvidos pelos órgãos de apoio à Comissão Nacional ODS.

[Clique aqui](#)



Construído com base em dados fornecidos pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC. Apresenta informações das 2.201 Unidades de Conservação brasileiras.

[Clique aqui](#)



Consolida de forma interativa e dinâmica os dados disponibilizados pelo Ministério do Meio Ambiente e Entidades Vinculadas para abertura, atendendo os mecanismo de publicidade, transparência e eficiência exigidos pela sociedade.

[Clique aqui](#)



Tem o propósito de promover a transparência sobre os Projetos de Recursos Externos (PREs), com a apresentação de seus principais dados. Desta forma, busca-se promover um maior accountability, contribuindo para o aprimoramento da gestão, inclusive com o apoio do Tribunal de Contas da União.

[Clique aqui](#)



Construído com base em dados fornecidos pelo Departamento de Conservação e Manejo de Espécies da Secretaria de Biodiversidade (Sbio). Apresenta informações das 3.286 espécies ameaçadas brasileiras.



Construído com base em dados fornecidos pelo Departamento de Educação Ambiental da Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania (SAIC). Apresenta informações sobre as 639 salas verdes apoiadas pelo Ministério do Meio Ambiente, distribuídas em 475 municípios.



Construído com base em dados fornecidos pelo Departamento de Educação Ambiental da Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania (SAIC). Apresenta informações sobre as capacitações realizadas pelo Ministério do Meio Ambiente nos últimos 4 anos.



Modelo de Gestão com foco em resultado

Para capturar o desempenho do objetivo estratégico de gestão com foco em resultado é realizada uma enquete semestral que apresenta aos servidores e dirigentes da instituição questionamentos relacionados à três dimensões: Foco de Atuação, Gestão Interna e Alinhamento Institucional.

A primeira dimensão aborda questões como orientação de prioridades, atingimento dos resultados e metas pactuadas. A dimensão de Gestão Interna captura questões como incorporação de rotinas, atividades e tarefas dos servidores dentro das unidades de trabalho. Por fim, a dimensão de Alinhamento Institucional busca perceber se os recursos humanos, os recursos orçamentários e os recursos externos ao orçamento (cooperação internacional) estão considerando as prioridades estratégicas.

Índice de internalização do modelo de gestão por resultados



O Índice Geral obteve seu melhor desempenho desde que começou a ser contabilizado, com uma avaliação de 0,63, o que eleva o seu patamar pela primeira vez a uma avaliação considerada ALTA. Mesmo com o resultado observado, a performance é inferior ao nível estipulado para a meta de 0,70. Ademais, em 2018, os principais entregas relacionadas a esse objetivo ficaram concentradas no processo de implementação do ciclo 2018 do planejamento estratégico. O monitoramento da estratégia é realizado por meio da realização dos Fóruns Temáticos e Reuniões de Análise da Estratégia - RAE e, segundo a portaria então vigente que regulava o processo de trabalho, Portaria MMA nº 310/2017, as reuniões de monitoramento deveriam ter periodicidade trimestral.

Em 2019, o principal desafio será a revisão do Planejamento Estratégico do MMA. Devido ao novo contexto governamental e de estrutura organizacional, espera-se um completo realinhamento dos objetivos com as prioridades da nova gestão. Adicionalmente, pretende-se incorporar as entidades vinculadas (ICMBio e IBAMA) ao processo de gestão da estratégia, estabelecendo objetivos e metas integradoras que possam ser monitoradas. Importante também destacar o processo de elaboração do Plano Plurianual 2020-2023, quando se buscará um alinhamento dos atributos com as novas diretrizes e prioridades.



Eficiência Operacional

Para melhorar a sua eficiência operacional, o MMA atua de forma estratégica em objetivos relacionados a estruturação e otimização de seus processos licitatórios e de contratação; otimização da gestão dos seus recursos orçamentários; e a sistematização da captação e da execução de recursos externos ao orçamento.

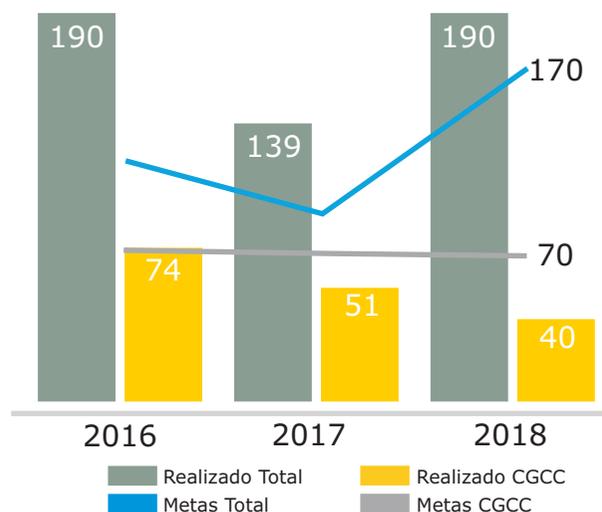
Processos licitatórios e de contratação

Com vistas a desenvolver a capacidade de realizar processos licitatórios mais eficientes, atendendo às disposições legais e jurisprudenciais, buscando otimizar o tempo das contratações e o uso dos recursos públicos, em 2018, foram realizadas 51 licitações totalizando aproximadamente 14 milhões de reais.

Valor Total R\$		
Pregão Eletrônico	05	5.678.521,62
Pregão Eletrônico por Registro de Preços	01	1.159.160,00
Adesão a Ata de Registro de Preços		4.419.939,00
Registro de Preços de outros órgãos	04	1.176.815,27
Dispensa de Licitações	10	40.647,75
Inexigibilidades	04	1.597.645,49
TOTAL	51	14.072.729,13

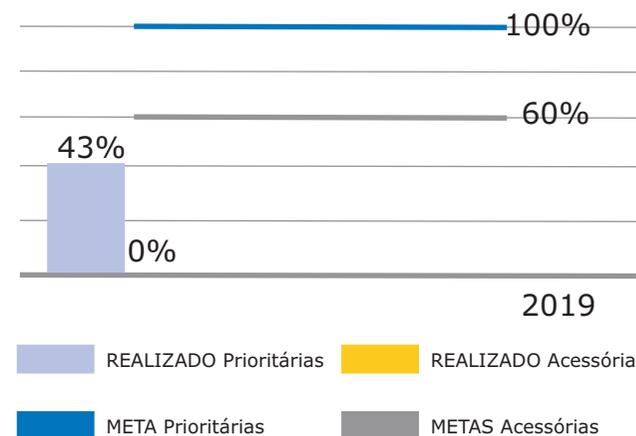
Considerando as 06 licitações realizada na modalidade Pregão Eletrônico, foram gastos 190 dias para a instrução processual desde a abertura até a homologação do certame, e 40 dias de tempo médio para tramitação na unidade responsável pelo processo.

Tempo médio (dias) de instrução nos processos licitatórios na modalidade de pregão eletrônico



Ademais, em 2018, ocorreu a publicação do "Plano Anual de Contratações", que visa consolidar as informações sobre todas as contratações que o MMA planeja no exercício, identificando as unidades requisitantes e o período estimado para a contratação.

Percentual de contratações realizadas conforme planejamento de contratação



Os resultados apurados ficaram abaixo do programado, de 42,86% para as contratações prioritárias e de 0,00% para as contratações acessórias. Ao elaborar o planejamento das contratações, os setores requisitantes devem observar principalmente, se as contratações desejadas estão alinhadas com o Planejamento Estratégico do órgão, bem como primar por um maior comprometimento com relação aos prazos para início e elaboração das etapas do processo licitatório, principalmente com relação a fase de planejamento.



Para o ano de 2019, em face do novo contexto governamental e de uma nova estrutura organizacional, o planejamento das contratações deverá ser revisto em atendimento às perspectivas da nova gestão. Deverá ser elaborado, em atendimento à Instrução Normativa nº 01, de 10 de janeiro de 2019, do Ministério da Economia, o Plano Anual de Contratação de Bens e Serviços, para o exercício de 2019 e 2020, objetivando aperfeiçoar a governança das contratações, envolvendo todas as fases do processo de compra, desde o processo de planejamento que garante subsídios para a elaboração da proposta orçamentária, até a adequação do orçamento aprovado.

O Plano Anual de Contratações (PAC) é um documento que consolida todas as contratações independentemente do objeto a ser contratado, e sua elaboração é obrigatória no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, e deve ser realizada no Sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações (PGC). O PAC propiciará, ainda, a maximização dos resultados institucionais, a partir da melhoria da

governança e da gestão das contratações, além de maior transparência e controle com a publicação dos Planos.



Gestão dos recursos orçamentários

Do ponto de vista da otimização dos recursos orçamentários, o ano de 2018 consolidou os esforços na instituição no sentido de retomar o crescimento da destinação de dotação orçamentária para as ações relacionadas às políticas públicas voltadas ao meio ambiente.

Partiu-se de um valor empenhado em 2016 de R\$ 729 milhões para R\$ 801 milhões em 2018, considerando somente as despesas discricionárias (passíveis de contingenciamento pela área econômica) e no âmbito do Órgão Superior. Isso representou um crescimento de 9,9%, em termos nominais.

Entretanto, no recorte da Administração Direta, Fundos (FNMA e FNMC) e Serviço Florestal Brasileiro – SFB, houve uma redução da dotação, caindo de um empenho de R\$ 188 milhões em 2016 para R\$ 137 milhões em 2018. Isso ocorreu, essencialmente, em função da decisão da alta administração de direcionar dotação alocada no Programa Bolsa Verde, que empenhou R\$ 78,7 milhões em 2016, integralmente para o IBAMA e o ICMBio já em 2017. O objetivo dessa decisão foi o de garantir a capacidade de operação para esses dois Institutos, que efetivamente executam as políticas ambientais como as de fiscalização contra o desmatamento ilegal, contra as queimadas/incêndios e realizar a emissão dos licenciamentos das grandes obras, dentre outras.

O desafio é consolidar a retomada do crescimento na destinação de recursos orçamentários para as políticas ambientais, embasada no crescimento do valor destinado ao Ministério pela Lei Orçamentária Anual de 2019 - LOA/2019, que após alinhamento da série histórica, saiu de R\$ 612 milhões em 2016 para R\$ 792 milhões em 2019.

O crescimento nominal foi de 29,4% no período. A capacidade de execução do valor previsto na LOA/2019 dependerá do cenário fiscal, que poderá representar o principal desafio para a nova Gestão.

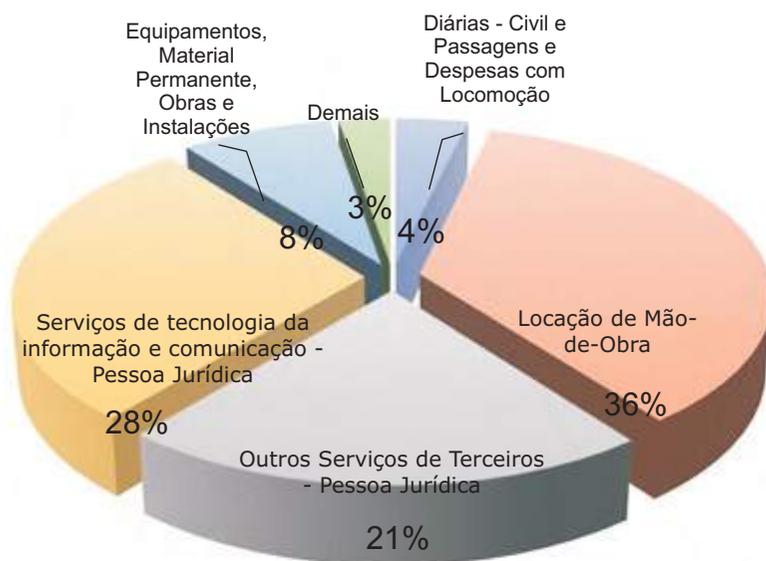


Gestão orçamentária e financeira

Perspectivas

Ainda para 2019, a gestão orçamentária e financeira de todo o MMA passará por um processo de padronização e centralização sob a responsabilidade da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração, inclusive no que diz respeito a execução dos instrumentos de transferências e repasses de recursos.

Perfil do gasto relacionados aos Processos de Gestão Interna



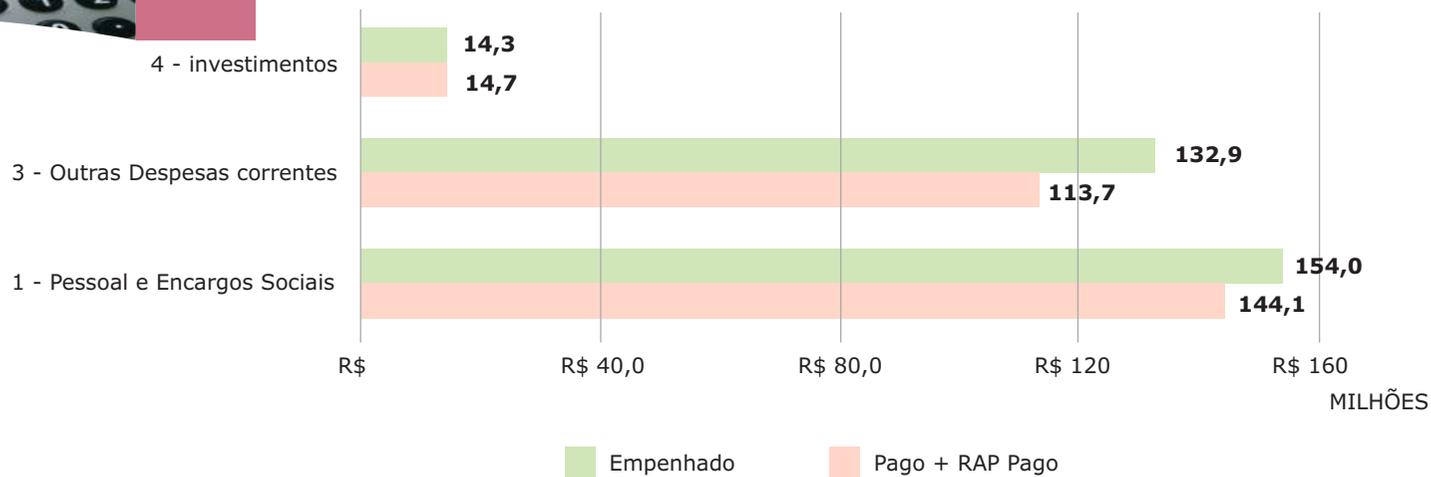
Base do gráfico

Elemento de Despesa (desc.)	Empenhado(**)
14 e 33 - Diárias - Civil e Passagens e Despesas com Locomoção	2.783.402,72
37 - Locação de Mão-de-Obra	26.306.613,77
39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	15.874.343,48
40 - Serviços de tecnologia da informação e comunicação - Pessoa Jurídica	20.757.317,58
52 e 51 - Equipamentos e Material Permanente e Obras e Instalações	5.823.735,35
Demais	1.982.188,65

Secretaria de Orçamento Federal
 SIOF Gerencial - Execução Orçamentária
 Data de geração deste relatório: 22/02/2019 09:31:25
 ** Unidades Orçamentárias: 44101,44102, 44901 e 44902



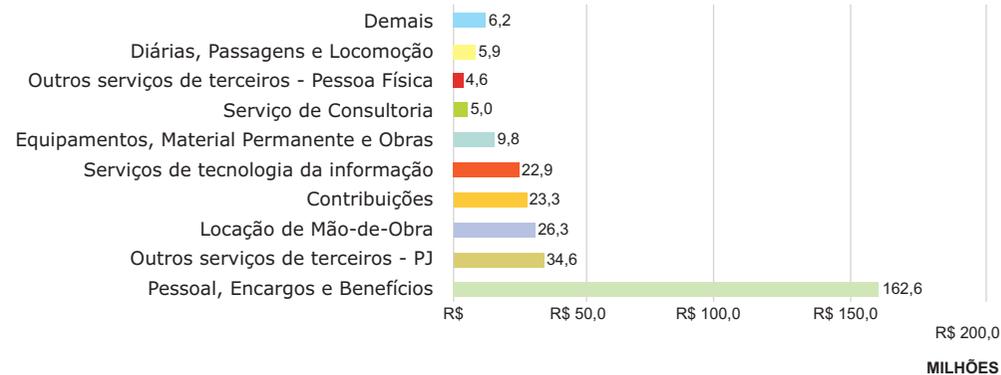
Detalhamento por Grupo de Natureza de Despesa - GND



Execução Orçamentária por Grupo de Natureza de Despesa

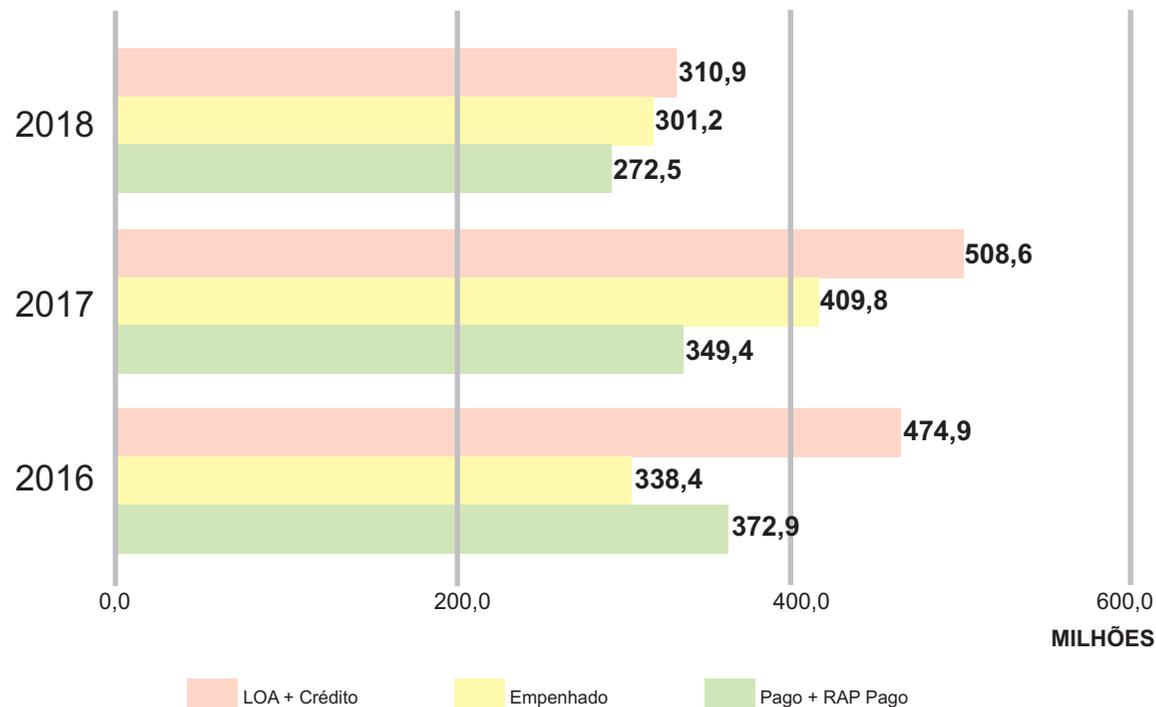
GND	Empenhado	Pago + RAP Pago
1 - Pessoal e Encargos Sociais	154.047.827,01	144.124.738,49
3 - Outras Despesas Correntes	132.882.052,31	113.727.678,93
3 - Investimentos	14.303.429,23	14.692.489,11
Total	301.233.308,55	272.544.906,53

Execução Orçamentária por Elemento de Despesa (Empenhado)





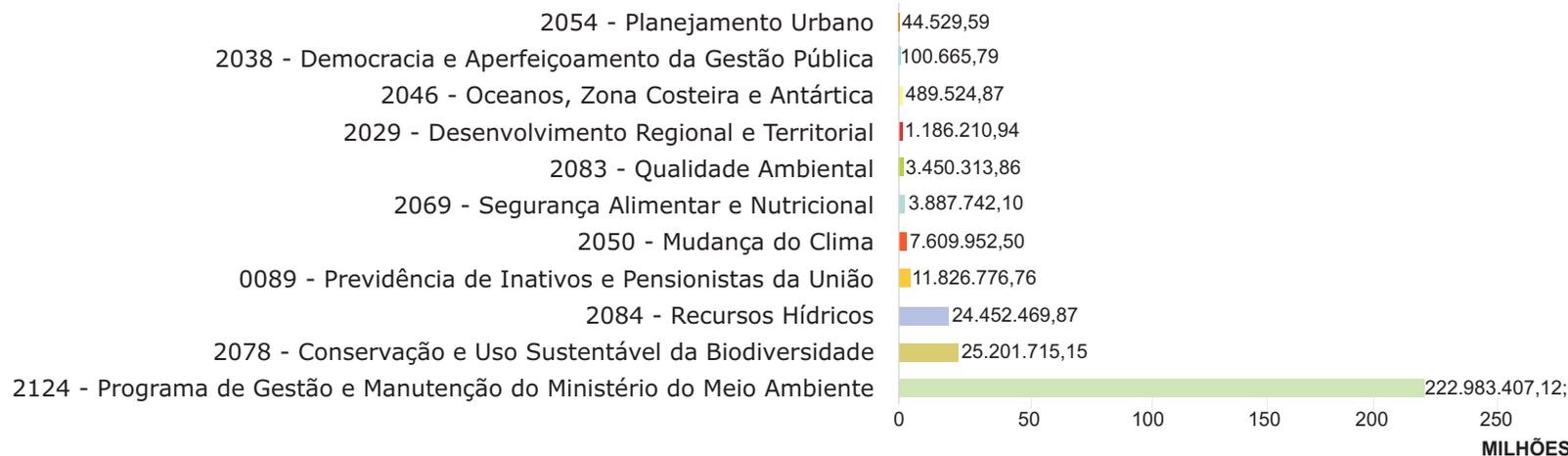
Execução Orçamentária - 2016 a 2018



(*) Engloba as Unidades Orçamentárias - UO: 44101 - Administração Direta, 44102 - Serviço Florestal Brasileiro, 44901 - FNMA e 44902 - FNMC. Exclui GND 9 - Reserva de Contingência

Secretaria de Orçamento Federal
SIOF Gerencial - Execução Orçamentária
Data de geração deste relatório: 18/02/2019 15:16:36

Perfil do Gasto por Programa de Governo (Empenhado)





Captação e Execução de Recursos Externos ao Orçamento

É objetivo estratégico do MMA desenvolver estratégia para a captação e execução de recursos externos ao orçamento alinhada ao Planejamento Estratégico. A execução desses recursos deverá ser transparente e permitir a sua coordenação e o seu monitoramento.

Em 2018, atingiu-se as metas estratégicas relacionadas as seguintes entregas:

- ✔ Publicação da Portaria Conjunta MMA/ANA/IBAMA/ICMBIO/JBRJ nº 93/2018, que estabelece o Sistema de Acompanhamento de Recursos Externos (SARE) abrangendo o Ministério e suas vinculadas fortalecendo a governança do processo.
- ✔ Institucionalização da ferramenta informatizada APREX como instrumento de coleta e gestão de dados dos Projetos de Recursos Externos (PREs);
- ✔ Desenvolvimento de ferramenta para promoção da transparência dos recursos externos no portal do MMA;
- ✔ Aplicação piloto do modelo de gestão de riscos do Ministério, que priorizou o processo de gestão dos PREs;
- ✔ Realização da turma piloto do curso EAD para capacitação dos servidores no processo de PREs.

A partir de 2019, novas metas estratégicas deverão ser estabelecidas inclusive sob a perspectiva de prioridades da nova gestão.

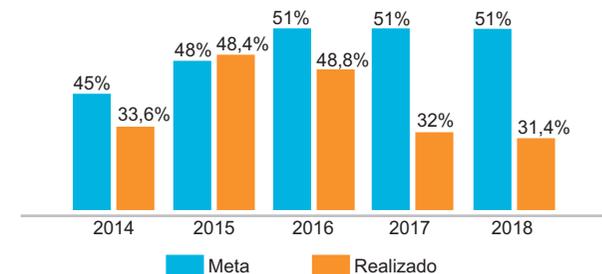


A instituição elegeu como foco de atuação estratégica na dimensão de gestão de pessoas o contínuo incentivo à capacitação técnica e gerencial dos servidores e dirigentes; a estruturação e implementação de um modelo de gestão baseado por competências; e a renovação de sua cultura organizacional com ênfase em seus valores.

Capacitação Técnica e Gerencial dos Servidores e Dirigentes

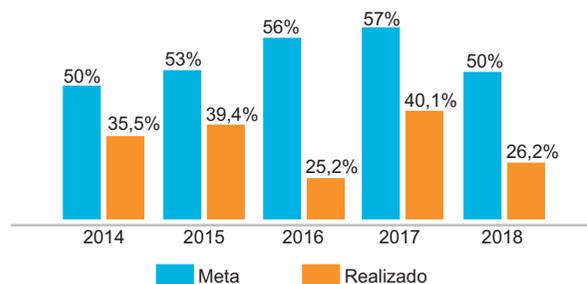
No ano de 2018, foram promovidas ações de capacitação para 255 servidores do total de 811, representando 31,44% de servidores capacitados.

Grau de capacitação e qualificação do corpo técnico



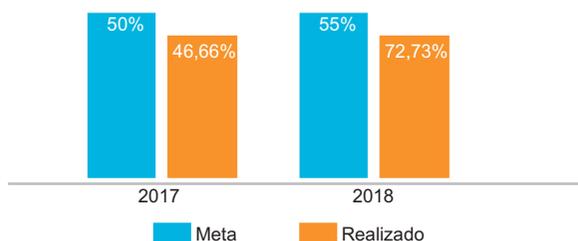
Nas ações para o desenvolvimento de competências gerenciais dos dirigentes do órgão, houve a participação de 26,20% do total de 49 dirigentes. Dentre as ações de capacitação, foram consideradas cursos de turma aberta e fechada, licenças para capacitação, afastamentos para capacitação e programa de incentivos.

Capacitação e qualificação dos gestores



Em relação ao indicador as turmas fechadas do Plano Anual de Capacitação – PAC realizadas por meio de instrutória (servidor público), em 2018, foram realizadas 8 capacitações de turma fechada por meio de dessa modalidade, capacitando 85 servidores. Resultado que correspondeu a 72,73% das turmas fechadas da 11 previstas no PAC.

Percentual de turmas fechadas do PAC realizadas por meio de instrutoria



No ano de 2018 foi realizada a revisão das competências gerenciais do MMA e a 4ª Avaliação de Competências, cujos resultados subsidiaram a elaboração do Plano Anual de Capacitação de 2019. Na avaliação de competências, tivemos o seguinte percentual de participação: 76% dos servidores realizaram autoavaliação; 78% dos gestores realizaram avaliação de seus servidores; 92% dos servidores tiveram alguma avaliação realizada.

Ressalta-se que ao longo do ano de 2018 a análise dos pedidos de participação em ações de capacitação foi realizada com base nos resultados individuais

da avaliação de competências do ano anterior, visando a racionalização e efetividade dos gastos com capacitação, conforme preconiza o Decreto Nº 5.707 de 23/02/2006.

O grande desafio para o ano de 2019 é realizar a revisão do inventário de competências de todas as unidades dos MMA, considerando a alteração da estrutura regimental advindas da nova gestão.

Renovar a Cultura Organizacional

Na busca pela renovação da cultura organizacional, garantindo seu fortalecimento junto aos servidores, proporcionando um clima organizacional favorável e motivador, com base na participação, valorização e respeito aos servidores, em 2018, o MMA realizou diversas ações em 2018 previstas no Programa QualiMMA, com foco na qualidade dos servidores e na qualidade do serviço público. Acesse:



Resultados



Redução de 28% na incidência de doenças: transtornos depressivos stress e ansiedade



Redução de 17% na incidência de atrasos



Redução de 67% na incidência de faltas

Desafios

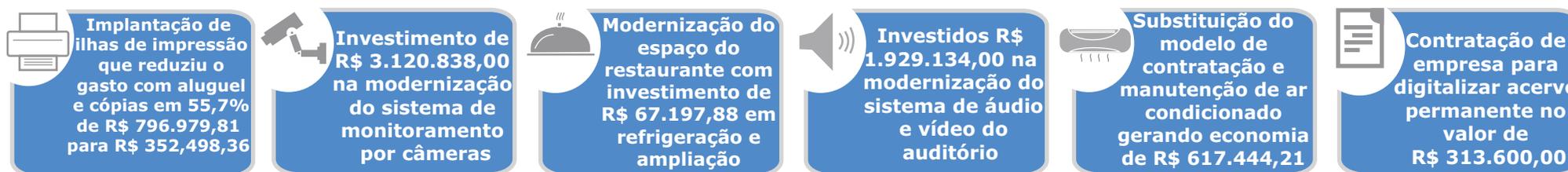
Para 2019, tem-se o desafio de elaborar novo Programa de qualidade de vida, alinhado às novas Diretrizes institucionais, fortalecendo as parcerias já estabelecidas e buscar novas parcerias (sem custos). Também é necessário dar continuidade às ações como ginástica laboral, posto médico, clube de leitura, grupo de apoio às gestantes e demais campanhas de conscientização que não geram custos diretos, promovem a integração, geram bem-estar e contribuem para um ambiente produtivo.

Infraestrutura e Tecnologia da Informação

É objetivo estratégico do MMA prover instalações físicas que adotem e promovam parâmetros sustentáveis e que tornem o ambiente de trabalho integrado e o convívio mais agradável, saudável e prazeroso entre os servidores. Também é estratégico prover recursos de informática, suporte e desenvolvimento em TI de forma a atender à necessidade das equipes de trabalho.

Modernização da Infraestrutura

Com relação aos avanços obtidos, em 2018, na provisão de condições adequadas de instalações físicas considerando o bem-estar e a qualidade de vida dos servidores, destaca-se:



Para 2019, planeja-se continuar com as medidas de modernização e eficiência do gasto administrativo, como a implementação de:

- ✓ Melhorias das instalações elétricas, incluindo geradores e nobreaks;
- ✓ Atualização da comunicação visual (placas de sinalização);
- ✓ Impermeabilização da cobertura, da marquise, do jardim externo e da área de acesso à casa de máquinas do elevador privativo;
- ✓ Aquisição de mangueiras de incêndio, portas corta fogo, esguichos reguláveis e chaves do tipo Storz;
- ✓ Aquisição de um sistema de alarme e detecção de incêndio;
- ✓ Substituição da empresa que presta serviços de limpeza e da empresa que presta serviços de manutenção predial;
- ✓ Contratação de projeto de acessibilidade para adequação das instalações; e
- ✓ Publicação da Política de Gestão Documental do MMA;



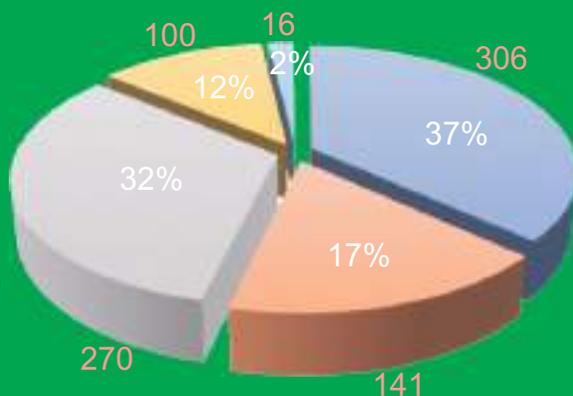
Acesso à Informação



Em média, os pedidos de informação pelo SEI levaram 12,96 dias para serem respondidos

e-SIC

Solicitação de informação pelo cidadão



Respondidos via SEI

Reencaminhados para outros órgãos

Telefone

E-mail

Pessoalmente

Recursos de informática, suporte e desenvolvimento de TI

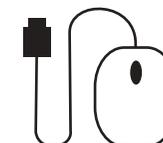
Em 2018, para garantir a eficiência dos recursos de Tecnologia de Informação do MMA, visando a sua utilização no desenvolvimento dos processos de trabalho e competências institucionais, potencializando o desempenho em geral e favorecendo o compartilhamento das informações e conhecimento produzidos pelo MMA, foram implantados:



APLICATIVOS MÓVEIS

Aplicativo do Programa Água Doce

Aplicativo Parques do Brasil



SISTEMAS INFORMATIZADOS

Sistema de Informações do Programa Água Doce

Sistema de Segurança do SEI



IMPLANTAÇÃO DE PORTAIS

- Sistema Nacional de Informações sobre a Gestão dos Resíduos Sólidos - SINIR;
- Cadastro Nacional de Entidades Ambientais - CNEA;
- Plataformas EducaClima e Adapta Clima;
- Pagamentos por Resultados - REDD;
- Conselho Nacional de Recursos Hídricos - CNRH;
- Portal Nacional de Licenciamento Ambiental - PNLA;
- Programa de Qualidade de Vida do MMA;
- Eleições do Comitê Nacional de Zonas Úmidas - CNZU;
- Fundo Nacional do Meio Ambiente - FNMA;
- Portal de Dados Abertos;
- Portal do Programa de Investimento Florestal - FIP;
- Portal de Recursos Externos.



Recursos de informática, suporte e desenvolvimento de TI

Foi instituído um Núcleo de Governança de TIC a fim de realizar o alinhamento entre as diretrizes e os objetivos estratégicos da organização com as ações de TIC. Foi confeccionado o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC) 2019-2022. Foram também entregues solução de gerenciamento de credenciais, solução de balanceamento de tráfego, solução de segurança e o novo portal de atendimento ao usuário. Foi realizada a aquisição de 570 microcomputadores e a aquisição de solução de firewall.

Para 2019, ainda é preciso finalizar o desenvolvimento dos portais e dos hotspots, bem como dos sistemas já iniciados em 2018. Instituir o Comitê de TIC. Aprovar e publicar o PDTIC 2019-2022. Revisar a Portaria nº 197/2008, que define as plataformas de tecnologia e o uso de recursos em TI no MMA. Realizar contratação de solução de entrega de informações estratégicas, de infraestrutura de rede, de solução de backup, de solução de SOC, de serviços de apoio à gestão de TICs e de serviços e de ferramentas de Geoinformação. Realizar revisão dos processos de atendimento ao usuário e dos processos de gestão e de operação de TIC, atualizar e expandir o licenciamento VMWare e implantar solução de VDI.



Demonstrações Contábeis





Declaração da Contadora

Jane Marcia Assunção



A Setorial Contábil de Órgão Superior do MMA, representada pela Coordenação de Contabilidade, Custos e Tomada de Contas/ CCONT, assim denominada pelo Regimento Interno instituído pela Portaria n.483/2017, é a unidade de gestão responsável pelo acompanhamento contábil, pelo registro da conformidade contábil, elaboração das Notas Explicativas das Demonstrações Contábeis, dentre outras competências definidas pelo Decreto n. 6976/2009, das unidades jurisdicionadas e órgãos vinculados, a saber:

- ✓ Setorial Contábil de órgão e das unidades gestoras do MMA, Fundo Nacional do Meio Ambiente/ FNMA, Serviço Florestal Brasileiro/ SFB e Fundo Nacional de Mudanças do Clima/ FNMC;
- ✓ Setorial Contábil de órgão superior do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis/ Ibama, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade/ ICMBio, Agência Nacional de Águas/ ANA e Instituto Jardim Botânico do Rio de Janeiro/ JBRJ.

A Conformidade Contábil das Demonstrações Contábeis realizada pela CCONT tem como base as instruções contidas no Manual do SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira, no Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público/ MCASP e na Conformidade dos Registros de Gestão, efetuadas pelas unidades jurisdicionadas e vinculadas.

ÓRGÃO: 44000 - MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE/MMA

Unidade gestora, de Órgão e de Órgão Superior, fornece suporte técnico às unidades por meio de mensagens (contato telefônico, presencial, mensagens eletrônicas) com orientações e recomendações para regularização de ocorrências e desequilíbrios contábeis. Para tanto, durante todo o exercício, utiliza módulos de Auditores e Demonstrativos Contábeis disponibilizados pelo SIAFI.

Periodicamente encaminha relatórios técnicos e notas informativas de monitoramento e orientações específicas, além de divulgação de instruções fornecidas pela Coordenação de Contabilidade da STN. Ao final dos exercícios a Setorial encaminha para todas as unidades o Relatório de Acompanhamento de Contas; contendo as pendências ainda não regularizadas e solicitação de justificativas de permanência, com vistas a subsidiar a Declaração do Contador.

As ocorrências apontadas são referentes a conformidade contábil do mês de dezembro, considerando o seu grau de relevância e a materialidade dos valores envolvidos, caso alerta ou com ressalva.

Na declaração com ressalva são apresentados os motivos que impedem a emissão da declaração plena.

No grupo de Ressalvas encontram-se, dentre outros, em sua maioria, assuntos relacionados a Convênios, Termos de Execução e Contratos de Repasse, tendo em vista o tempo decorrido, estabelecido nos registros do SIAFI, em desacordo com os normativos que regem a matéria, bem como recomendações dos órgãos de controle. Nesses casos, os códigos de ocorrências relacionados na presente Declaração do Contador não interferiram no resultado patrimonial do exercício, por se tratarem de registros em contas de controle.

São considerados como código de alerta a ausência de conformidade de registro de gestão, por fornecer importante suporte para a conformidade contábil e o não atendimento das orientações e recomendações encaminhadas pela Setorial Contábil e do Órgão Setorial Central.



ÓRGÃO: 44000 - MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE/MMA

▲ 315 - Falta/Restrição de Conformidade de Registros de Gestão

No universo de 35 unidades, somente 1 deixou de efetuar o registro. Cada Secretaria vinculada ao órgão 44000, possui unidades executoras, e para tanto possui responsáveis pela ordenação de despesas, o qual atribuiu a servidores nomeados a responsabilidade pela conformidade de gestão. O procedimento da rotina vem sendo aprimorado, com isso houve uma redução expressiva da ausência de registro da conformidade.

▲ 318 - Não atendimento das orientações do órgão setorial/central

Esta ocorrência é incluída como Alerta, tendo em vista as orientações já encaminhadas e os questionamentos, apesar de justificativas recebidas que ainda permanecem sem solução.

✓ Ressalvas:

645 - Outros - Ativo Permanente

A ocorrência referente a bens móveis e

imóveis, incorporados na UG 440005 em tempo remoto, por unidades cujos registros advêm de exercícios anteriores, alguns de 1995, conforme levantamento efetuado por esta Setorial. Foi recomendado a UG, empreender minuciosa análise dos documentos que deram origem aos registros contábeis, observando à pertinência dos lançamentos e, por conseguinte a emissão de parecer técnico. O Parecer será peça fundamental no processo de tomada de decisão quanto às providencias de regularização ou baixa dos registros, se for o caso.

656 - Convênios a Comprovar com Data Expirada

657 - Convênios a aprovar com Data Expirada

659 - Convênios a Liberar Expirados

660 - Contrato de Repasse a Comprovar com Data Expirada

662 - Contrato de Repasse a Liberar Expirados

668 - Acordos de cooperação técnica a comprovar com data expirada

Ressalta-se que após a instituição e composição de um grupo de trabalho (órgãos 44000 e 44204) para análise de convênios, em 2013, o número de pendências vem caindo drasticamente e paulatinamente, ano após ano, sendo visível o esforço das Secretarias, demonstrado pela redução dos apontamentos em comparação aos exercícios anteriores.

Entretanto algumas unidades que permanecem com esta inconsistência, justificam o motivo por demanda extra, transferida de outras unidades, em função de reestruturação do MMA e remanejamento de servidores. Essas situações concorreram para diminuição no ritmo das análises.

Salienta-se que uma parte dos apontamentos referentes a convênios, acordos e contrato de repasse, refere-se a saldos a comprovar e a liberar relativos a instrumentos antigos, e outros de contratos de repasse que tem a Caixa Econômica Federal, mandatária do MMA na gestão financeira de recursos, autônoma para dirimir problemas relacionados, porém proposições de encaminhamento

têm sido relatadas à mandatária, para a adoção de providências.



ÓRGÃO: 44204 - FUNDO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE/FNMA

318 - Não atendimento das orientações do órgão setorial/central;

Esta ocorrência é incluída como Alerta, tendo em vista as orientações já encaminhadas e os questionamentos, apesar de justificativas recebidas que ainda permanecem sem solução.

Ressalvas:

656 - Convênios a comprovar com data expirada;

657 - Convênios a aprovar com data expirada;

660 - Contrato de Repasse a Comprovar com Data Expirada;

Após a instituição e composição de um grupo de trabalho para análise de convênios em 2013 o número de pendências vem caindo. O Departamento continua priorizando a conclusão das análises das prestações de contas de todos os convênios celebrados no âmbito da IN STN 01/97, bem como dos convênios

finalizados no Siconv. Os pendentes encontram-se aguardando análise conclusiva e outros foram objeto de ações na justiça.



ÓRGÃO: ÓRGÃO 44902 - FUNDO NACIONAL DE MUDANÇAS DO CLIMA - FNMC

⚠️ 318 - Não atendimento das orientações do órgão setorial/central;

Esta ocorrência é incluída como Alerta, tendo em vista as orientações já encaminhadas e os questionamentos, apesar de justificativas recebidas que ainda permanecem sem solução.



Ressalvas:

656 - Convênios a Comprovar Com Data Expirada;

657 - Convênios a aprovar com data expirada;

773 - TED a comprovar com data Expirada.

O FNMC tem envidados esforços para atender todas as recomendações e manter as contas regularizadas. Informa que foi constituído um grupo de trabalho com a finalidade de concluir a análise de convênios ou instrumentos do Fundo

Nacional sobre Mudança do Clima.



ÓRGÃO: 44208 - SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO - SFB

⚠️ 318 - Não atendimento das orientações do órgão setorial/central

Esta ocorrência é incluída como Alerta, tendo em vista as orientações já encaminhadas e os questionamentos, apesar de justificativas recebidas que ainda permanecem sem solução.



Ressalvas:

603 - Saldo Contábil do Almojarifado não confere com RMA

640 - Saldo Contábil de Bens Móveis não confere com RMB;

656 - Convênios a Comprovar com Data Expirada;

668 - Acordo Cooperação Técnica a Comprovar - Data Expirada;

775 - Termos de Execução Descentralizada a Repassar.

A unidade esclarece que as diferenças entre o SIAFI e o RMA e RMB já foram monitoradas e estão em contato com o pessoal do SIADS para resolução do

problema ocorrido. É possível que possa ter ocorrido alguma falha de comunicação entre os sistemas ocasionando essa diferença e/ou erro de lançamento.

Quanto aos instrumentos, convênio e TED, que se encontram vencidos, estão sendo regularizados em sua maioria, seja pela comprovação da prestação de contas ou aditamento de prazo, conforme o caso.

Conclusão

Assim, é notório verificar o empenho das Unidades Gestoras e das Seccionais em conjunto com a Setorial de Contabilidade de Órgão Superior, no sentido de aprimorar os instrumentos para cumprimento tempestivo de todas as orientações, procurando intensificar o acompanhamento e orientação evitando o registro de ocorrências.

A reincidência de ocorrências em todas as unidades/órgãos, se referem em sua maioria a processos de convênios e termos de transferências que demandam maior tempo para sua regularização. Embora permaneçam observa-se uma redução na quantidade absoluta por modalidade de ocorrência.

Declaração

Portanto, de acordo com a análise realizada nos demonstrativos, balancete e auditores contábeis (CONDESAUD), declaro que os demonstrativos contábeis, constantes do SIAFI (Balancetes Orçamentário e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa), regidos pela Lei n. 4.320/1964, e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008, relativos ao exercício de 2018, refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial, exceto no tocante as ressalvas apontadas.

Brasília-DF 6 de março de 2019
Jane Márcia Assunção
CRC nº 5.477/0-0

Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas

Balanco Orçamentário

Equilíbrio entre a previsão das receitas e fixação de despesas

O Balanço Orçamentário do MMA por concepção aponta para déficit orçamentário. O total da despesa empenhada, **R\$ 700,5 milhões**, menos total da receita realizada, **R\$ 332,0 milhões**, é deficitário em **R\$ 368,5 milhões**. As receitas vinculadas do órgão são insuficientes para equilíbrio com as despesas, sinalizando dependência do Tesouro para aportes de recursos ordinários e da seguridade social, sobretudo para as despesas com pessoal e encargos.

Percentuais de realização da Receita em relação ao Orçamento

A receita realizada corresponde a **R\$ 332,0 milhões**, ou seja, **59,9%**

do previsto inicialmente. Os maiores recebimentos referem-se a receita patrimonial com exploração de recursos naturais (**24,6%**) e valores mobiliários provenientes de rendimento de disponibilidades junto ao BNDES. No comparativo dos anos de **2018/2017**, (**332,0/145,1**), houve elevação aproximada de **130%** das receitas. A tabela, a seguir, demonstra percentual de realização de receita das unidades jurisdicionadas.

Percentual de realização de receita e previsão do MMA e unidades FNMC, FNMA e SFB

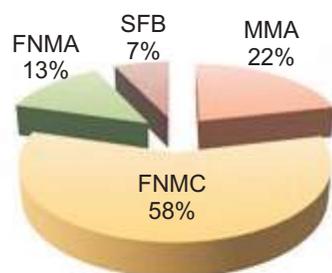
Unidade	Previsto	Realizada	%
FNMA	23,7	44,3	186,9
MMA	419,3	71,3	17,0
SFB	71,4	23,6	33,1
FNMC	39,6	192,8	486,9
Total	554,0	332,0	59,9

SIAFI 2018

Cabe ressaltar que os aportes de recursos

ordinários do Tesouro Nacional, necessários para as despesas com pessoal e encargos sociais, não estão evidenciados no Balanço Orçamentário. A seguir, o Gráfico ilustra o percentual de receita realizada total, no exercício encerrado, por órgãos jurisdicionados.

Receita realizada por jurisdicionadas



A receita realizada do FNMC proveniente do contrato entre o BNDES e MMA/ FNMC está comentada nas Notas Explicativas. A Receita do FNMA são valores referentes ao recebimento de participação de percentuais em multas por infração ambientais aplicadas por órgão fiscalizador.

Restos a Pagar não Processados / RPNP

São as despesas empenhadas e não liquidadas, ou seja, despesas que, por

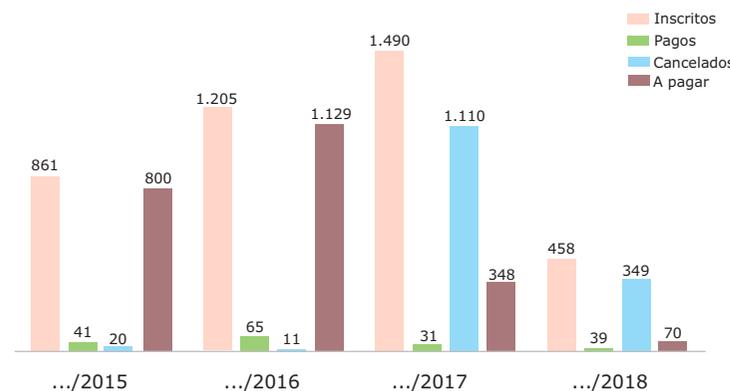
algum motivo, não alcançaram o estágio da liquidação no final do exercício.

Evolução dos RPNP do MMA e das Unidades FNMC, FNMA e SFB

Ano	Anteriores	Inscritos	Pagos	Cancelados	Saldo R\$
2015	Anteriores 2013	Inscritos 2014	Pagos 2015	Cancelados 2015	Saldo R\$
	369,1	491,6	41,0	19,7	809,9
2016	Anteriores 2014	Inscritos 2015	Pagos 2016	Cancelados 2016	Saldo R\$
	808,0	397,1	65,3	10,9	1.128,9
2017	Anteriores 2015	Inscritos 2016	Pagos 2017	Cancelados 2017	Saldo R\$
	1.089,8	399,8	31,1	1.110,1	348,4
2018	Anteriores 2016	Inscritos 2017	Pagos	Cancelados 2018	Saldo R\$
	348,2	109,9	39,1	349,1	69,9

MILHÕES

Evolução gráfica dos RPNP do MMA, FNMC, FNMA e SFB.



O valor inscrito em exercícios anteriores de 2016, somados com os inscritos no final de 2017 perfazem, aproximadamente, um **total de R\$ 458 milhões.**

Desses, **85%** foram cancelados ou pagos ao longo do exercício. Atualmente o saldo pendente é aproximadamente **R\$ 70**

milhões. Observe a redução significativa do acúmulo de RPNP no exercício de 2018, decorrente do cancelamento significativos na série 2017 e 2018.

Percentuais de RPNP das unidades jurisdicionadas



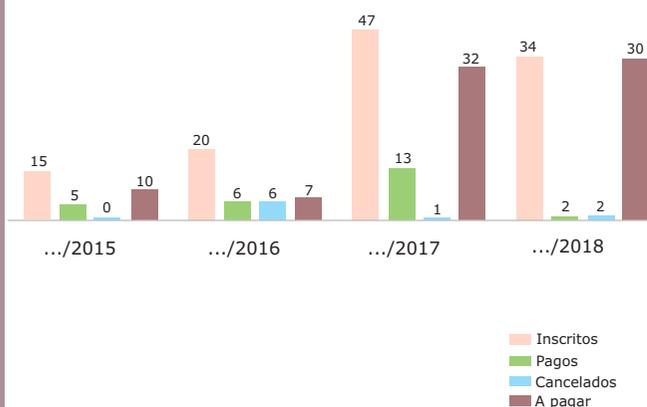
O principal avanço ocorreu, no âmbito do FNMC, que após intensas tratativas junto à Secretaria de Orçamento Federal/SOF/MP e à STN, com apoio da Setorial

Setorial Orçamentária deste MMA, identificou a necessidade de cancelamento em torno de R\$ 1,4 bilhão nos anos de 2017 e 2018 empenhados em favor do BNDES.

Restos a Pagar Processados/RPP

Os Restos a Pagar Processados são as despesas empenhadas, liquidadas e não pagas, portanto atingiram o estágio da liquidação no final do exercício. A tabela e o gráfico, a seguir, demonstram a evolução dos Restos a pagar processados no período de 2015/2018.

Evolução gráfica dos RPPP do MMA



Evolução dos RPNP do MMA

	Anteriores 2013	Inscritos 2014	Pagos 2015	Cancelados 2015	Saldo R\$
2015	0,0	14,9	4,9	0,024	18,2
	Anteriores 2014	Inscritos 2015	Pagos 2016	Cancelados 2016	Saldo R\$
2016	18,2	2	6,3	6,4	7,4
	Anteriores 2015	Inscritos 2016	Pagos 2017	Cancelados 2017	Saldo R\$
2017	7,4	39,1	13,5	1,5	31,5
	Anteriores 2016	Inscritos 2017	Pagos	Cancelados 2018	Saldo R\$
2018	31,6	2,8	2,0	2,0	30,4

MILHÕES

Do valor inicialmente inscrito no exercício de 2017, somados aos anteriores e considerando os cancelados ou pagos, o saldo pendente atual é de aproximadamente de R\$ 30 milhões. Inexiste saldo de RPP nos órgão jurisdicionados, exceto o órgão MMA.

Demonstrativo de Fluxo de Caixa

Trata-se da mensuração da movimentação dos recursos financeiros, sejam eles entradas ou saídas de recursos, que ocorreram durante o período analisado e tem por objetivo avaliar a capacidade da entidade de gerar caixa necessário para liquidez das obrigações. O acompanhamento dos ingressos e desembolsos fornece indicativo quanto à paridade das contas públicas e da capacidade de expansão das despesas com recursos próprios. A tabela a seguir demonstra a geração de fluxo de caixa das atividades operacionais e de investimento por Unidades Jurisdicionadas em 2018.

Fluxo de Caixa das atividades de Operacionais e de Investimento

	Operações		Investimentos		Resultado Líquido
	Ingressos	Desembolsos	Ingressos	Desembolsos	
FNMC	749,2	375,2	18,6	392,6	0,0
MMA	3.150,6	3.162,4	0,0	6,0	-17,8
FNMA	48,7	47,5	0,0	1,0	1,2
SFB	144,4	132,2	0,0	6,2	5,9
	4.092,8	3.717,03	1,8	405,8	-10,7

MILHÕES

O fluxo de caixa gerado pelas atividades das operacionais e de investimento foi negativo, em aproximadamente R\$ 11 milhões. O saldo final, acumulado, é de R\$ 46 milhões. No exercício de 2018 não há registros de fluxo de caixa das atividades de financiamento.

Dentre os fluxos financeiros, não considerando as transferências financeiras recebidas e concedidas, cabe destacar os ingressos expressivos de R\$ 181,7 milhões referentes à devolução de remuneração de disponibilidades e amortização de empréstimos concedidos do FNMC ao BNDES. Em contrapartida, no mesmo período, houve desembolso a título de aumento de empréstimo no valor de R\$ 392,5 milhões. No FNMA, foram expressivos os registros referentes a ingressos e transferências de arrecadação para outras unidades, em torno de R\$ 44 milhões. Vale esclarecer que dentre o desembolso com despesa de pessoal efetuado pelo MMA estão incluídos o FMNC, FNMA e SFB no valor de R\$ 199 milhões.

Demonstrativo das Variações Patrimoniais

A tabela, a seguir, demonstra as variações patrimoniais que repercutiram no resultado do exercício de 2018.

Resultado Patrimonial do MMA e das Unidades FNMC, FNMA e SFB

Fluxo de Caixa das atividades de Operacionais e de Investimento

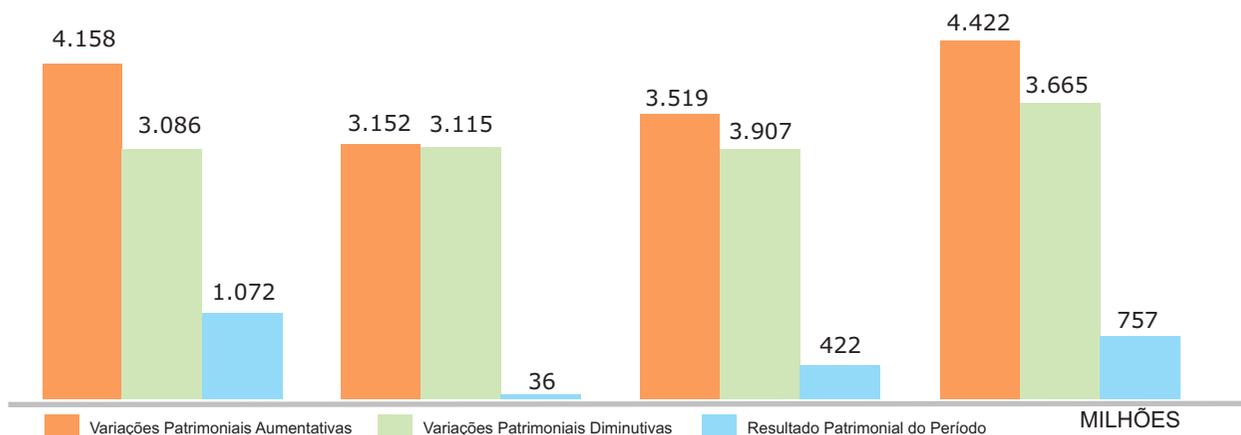
Variações patrimoniais	MMA	SFB	FNMC	FNMA	SOMA
Exploração de bens, serviços e direitos	-	14,5	-	-	14,5
Variações patrimoniais aumentativas financeiras	28,6	0,4	163,1	6,1	198,2
Transferências e delegações recebidas	3.480,8	131,3	570,6	4,4	4.187,0
Valorização ativos e desincorporação de passivos	0,8	-	-	-	0,8
Diversas variações patrimoniais aumentativas	14,0	0,9	4,4	2,6	21,8
Pessoal e encargos	-150,6	-	-	-	-150,6
Benefícios previdenciários	-11,9	-	-	-	-11,9
Consumo, serviços, depreciação	-71,4	-28,1	0	-	-99,6
Transferências concedidas	-2.876,1	-107,2	-375,2	-4,1	-3.362,5
Desvalorização de ativos e incorporação de passivos	-29,2	-	-	-10,7	-39,9
Impostos e taxas	-0,1	-0,3	-	0	-0,4
Resultado patrimonial do período R\$	384,8	11,5	362,9	-1,7	757,5

SIAFI 2018

MILHÕES

O Resultado Patrimonial foi de aproximadamente R\$ 757 milhões. O Resultado Patrimonial utiliza o regime de competência, nesse caso, aumentou o Patrimônio Líquido, mas não implica no aumento das disponibilidades de recursos. A Instituição apresenta uma situação robusta, com créditos de diversas origens, no entanto, a maioria das variações patrimoniais não repercutiu em caixa no exercício. O Gráfico, seguinte, apresenta um comparativo das variações patrimoniais nos exercícios de 2015, 2016, 2017 e 2018. Observe aumento do resultado patrimonial nos últimos anos.

Comparativo da variação patrimonial, série temporal 2015, 2016, 2017 e 2018



O Balanço Patrimonial apresenta a posição estática dos ativos e passivos do órgão, o resultado do período e o acumulado, ao longo de vários exercícios da gestão patrimonial. A situação patrimonial líquida é a diferença entre os ativos e os passivos.

Ativo	R\$	%	Passivo	R\$	%
Ativo Circulante	49	2,7	Passivo circulante	41	2,2
Ativo não Circulante	1.787	97,3	Passivo não circulante		
			Patrimônio líquido	1.796	97,8
TOTAL	1.837	100,0	Total	1.837	100,0

Balanço Patrimonial

Ativo	2018	2017
Ativo Circulante	49	69
Caixa e Equivalentes de Caixa	46,7	57,4
Demais Créditos e Valores a Curto Prazos	2,5	10,9
Estoques	0,2	0,2
Ativo Não Circulante	1.787	1.012
Realizável a Longo Prazo	1.119,1	753,9
Investimentos	0,1	0,1
Imobilizado	648,0	241,0
Intangível	20,2	17,3
Total do ativo	1.837	1.082

Passivo e Patrimônio Líquido	2018	2017
Passivo Circulante	41	45,0
Obrigações Trabalhistas	9	9,9
Fornecedores	1,2	1,7
Demais Obrigações	30,7	33,2
Total do Passivo	41	45
Patrimônio Líquido	1.796	1.037
Resultados acumulados	1.796	1.037
TOTAL DO PASSIVO + PL	1.837	1.082

No 4º trimestre de 2018, o Balanço Patrimonial do MMA e suas jurisdicionadas FNMA, FNMC e SFB apresentam situação patrimonial líquida positiva, ou seja, indica que os ativos excedem a soma das obrigações em aproximadamente R\$ 1,8 bilhão.

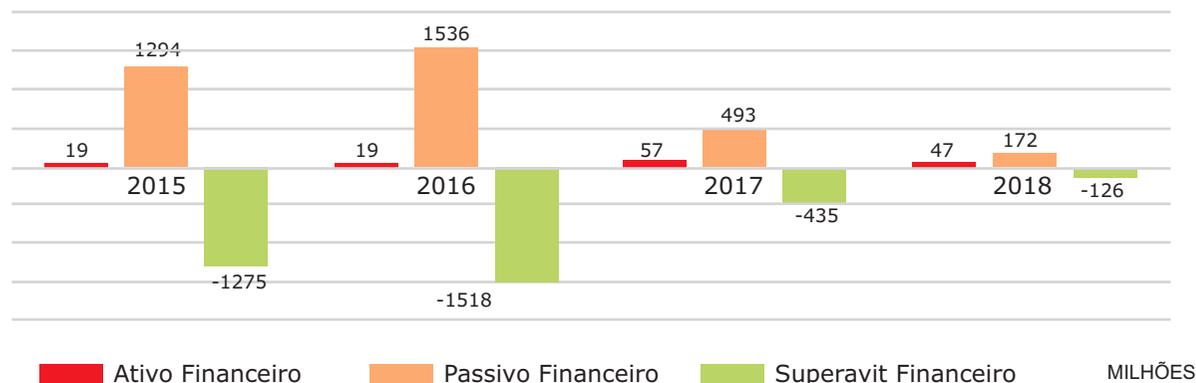
Apuração do Superávit Financeiro e Resultados das Unidades Jurisdicionadas

O Superávit financeiro, a princípio, é apurado a partir das contas contábeis contidos no balanço patrimonial e consiste na diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, ou seja, o montante líquido financeiro que devem restar ao patrimônio da entidade depois de pagos os compromissos financeiros. Essa disponibilidade financeira, caso positiva, poderá servir como fonte de recurso para suplementação orçamentária, cobertura de déficits em caso de escassez de receitas ou de excessos de despesas.

Para tanto, é necessário distinguir e destacar os valores financeiros dentre os ativos e passivos dos demais elementos patrimoniais. No ativo financeiro, ou seja, ativo circulante financeiro, contém as disponibilidades de recursos em caixa, representados pela conta denominada de "Limite de saque com vinculação de pagamento". Não faz parte ativo circulante financeiro os créditos de curto prazo, adiantamentos a pessoal, dentre outros.

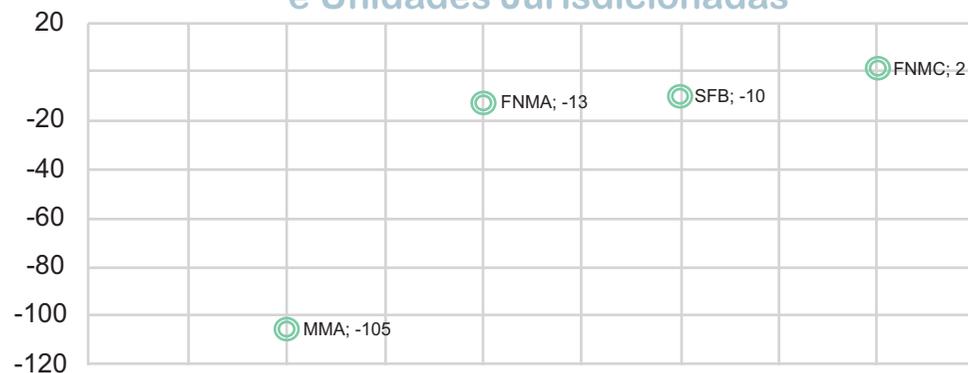
Consideram-se como passivos financeiros todos os registros originários da execução do orçamento, da despesa liquidada, ou seja, passivo circulante financeiro, a exemplo de fornecedores. Consideram-se, ainda, as despesas do exercício empenhadas e não liquidadas e os RPNP dentre outros compromissos extra-orçamentários.

Saldo do Ativo Financeiro, Passivo Financeiro e Superávit Financeiro no encerramento dos exercícios de 2015/2016/2017 e 2018



Nos últimos exercícios, de maneira consolidada, o MMA e os órgãos jurisdicionados apresentaram situação negativa. Podemos observar a tendência decrescente do passivo financeiro, nos exercícios de 2016/2018 e, conseqüentemente, a redução do déficit para aproximadamente **R\$ 127 milhões** no exercício de 2018.

Superávit Financeiro do MMA e Unidades Jurisdicionadas



O FNMC apresentou Superávit Financeiro de aproximadamente **R\$ 2,0 milhões** em 2018. Os demais órgãos apresentaram situação negativa, a saber: **MMA (105,3), FNMA (13), SFB (9,8)**.

Realizável a longo prazo / Créditos de longo prazo / Financiamentos concedidos

Compreendem os direitos a receber em longo prazo por meio de financiamentos concedidos. A totalidade dos créditos está registrada no Fundo Nacional de Mudanças Climáticas/FNMC, Órgão gestor do financiamento concedido:

Órgão	2017	2018	Mensuração
FNMC	745,3	1.108,2	Valor corrigido

SIAFI 2018 MILHÕES

O FNMC é um fundo de natureza contábil vinculado ao MMA, tem como objetivo o financiamento de projetos relacionados aos efeitos do clima. São fontes de recursos do FNMC as dotações consignadas na lei orçamentária, doações de outras entidades, recursos advindos de juros e amortizações de financiamentos concedidos, dentre outros. O Fundo disponibiliza recursos que são destinados às operações reembolsáveis administrados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social/BNDES; agente financeiro.

Saldo acumulado das contas relacionadas ao financiamento



Demais Créditos e Valores em Longo Prazo

Até o segundo trimestre de 2017, as contas comumente denominadas de Diversos Responsáveis apurados por meio de Tomada de Contas Especial (TCE), estavam registrados em contas do Ativo Circulante, decorrentes, principalmente, de convênios. Devido às mudanças de critério contábil, adotado pela Secretaria do Tesouro Nacional/STN, a partir do 3º trimestre daquele ano, foram baixadas e registradas em contas de controle, ou seja, deixaram de ser reconhecidas como contas patrimoniais.

Esse critério fora estabelecido após averiguação e manifestação do Tribunal de Contas da União/TCU de superavaliação deste subgrupo de ativos. Diante dessa constatação, a STN alterou a rotina de lançamentos contábeis das contas de transferências voluntárias e dos créditos decorrentes de danos ao patrimônio apurados por TCE, contemplando o reconhecimento de contas de controle ao invés de contas de ativos. Os saldos foram baixados pela STN, naquela ocasião, em sua totalidade e registrados, logo a seguir, em Contas de Controle.

Posteriormente, passaram a ser reconhecidos como ativos somente os valores cujas contas tenham sido julgadas irregulares pelo TCU. Portanto a partir de 2017, o reconhecimento de ativos, dentre as contas de controle, está sendo realizado de maneira gradual, por etapas, devido ao escopo de aproximadamente 600 processos de diversos responsáveis, somente no Órgão MMA e suas secretarias finalísticas. A tabela, a seguir, evidencia a evolução destes registros em contas de subtítulo conhecidas como diversos responsáveis.

Evolução dos registros em contas de diversos responsáveis

	2017	2018	Ajuste perdas
MMA	3,4	37,4	(29,2)
FNMA	5,2	13,3	(10,6)
Total	9,8	50,7	(39,8)

MILHÕES

O processo de reconhecimento envolve análise revisional individualizada, a identificação do responsável, o exame da documentação suporte, da conciliação dos valores registrados nas contas de controle ao encontro dos indicados pelos acórdãos do TCU, das atualizações monetárias e conformidade dos lançamentos no SIAFI. O índice de ajuste utilizado para perdas estimadas dos créditos foi de 80%.

Depreciação de bens móveis MMA

	Bens móveis	Depreciação
MMA	39,0	54,9%
SFB	15,6	36,3%
Total	54,6	50,4%

MILHÕES

O valor nominal dos bens móveis registrados equivale a R\$ 54,6 milhões e o valor contábil líquido R\$ 27,0 milhões. Os parâmetros adotados e indicados pela STN, quanto à metodologia a ser aplicada, a vida econômica e as taxas a serem utilizadas para o cálculo da depreciação adequaram-se perfeitamente as especificidades deste Ministério.

Bens Imóveis

Alocação bens imóveis e depreciação acumulada

	Bens Imóveis	Depreciação
MMA	617,3	0,006%
SFB	3,1	-
Total	620,1	0,006%

MILHÕES

A Secretaria do Patrimônio da União/SPU, vinculado ao Ministério do Planejamento Desenvolvimento e Gestão, é o órgão responsável pela gestão dos imóveis da União. Por meio do Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobilizado de uso especial da União (SPIUnet) mantém o cadastro, o controle e a mensuração desses imóveis.

O sistema é integrado ao SIAFI para o reconhecimento contábil das adições, baixas e transferências, exceto a depreciação, que por sua vez é registrado no SIAFI por meio de um arquivo que é encaminhado pela SPU à STN, para que seja contabilizado no SIAFI. Ressalta-se que o valor registrado no SFB se refere a obras em andamento.

Intangível

Os softwares representam 99,8% dos valores registrados neste subgrupo. Provisoriamente, estão distribuídos como: softwares com vida útil definida, sujeitos à amortização, e de vida útil indefinida.

Alocação de Softwares

Órgão	Valor	Amortização
MMA	17,4	5,5%
SFB	3,7	-
Total	21,1	4,5%

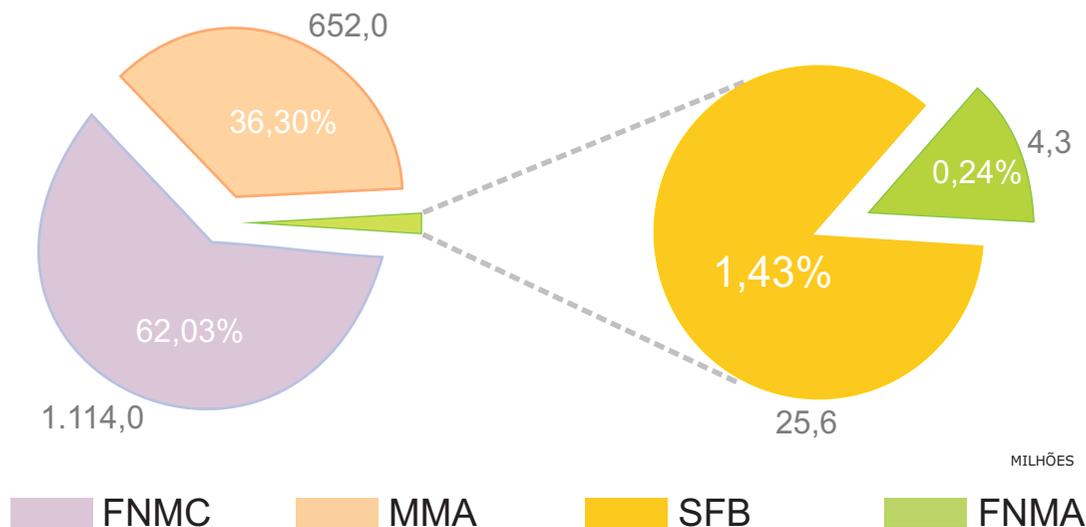
MILHÕES

Nos órgãos jurisdicionados do MMA a prática de metodologia para realização de mensuração e amortização dos Ativos Intangíveis, por enquanto, com exceção, não foi iniciada. A STN por meio do Plano de Implantação de Procedimentos Contábeis Patrimoniais estabeleceu prazos limites para adoção de procedimentos de reconhecimento, mensuração e evidenciação de softwares, marcas, licenças e respectivas amortizações. Para a preparação de sistemas e outras providências necessárias para implantação o prazo é até 31/12/2018 e a obrigatoriedade dos registros contábeis a partir do ano 2019.

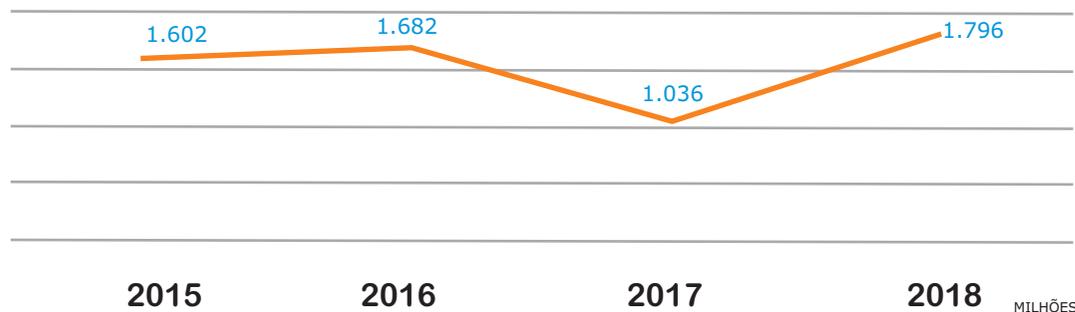
Patrimônio Líquido

Compreende a agregação dos seguintes registros: resultado do exercício 2018 no valor de R\$ 757,3 milhões, resultado dos exercícios anteriores R\$ 1.035,6 milhões, acréscimo de ajuste de exercícios anteriores R\$ 2,8 milhões. O Patrimônio Líquido (PL) consolidado, findo exercício de 2018, é positivo em aproximadamente R\$ 1,8 bilhão.

Distribuição do Patrimônio Líquido entre as unidades jurisdicionadas



Evolução do Patrimônio Líquido 2015/2018



A redução do patrimônio líquido em 2017 foi devido a mudança de critério contábil adotado pela STN, explicitado em Demais Crédito e Valores em Longo Prazo.

The image features two large, light green geometric shapes. On the left, a triangle is oriented with its hypotenuse from the top-left to the bottom-right. On the right, a square is oriented with its hypotenuse from the top-right to the bottom-left. The text is centered in the white space between these two shapes.

MINISTÉRIO DO
MEIO AMBIENTE

Créditos

Participaram da elaboração deste Relatório de Gestão Integrado todos os órgãos específicos e singulares integrantes da estrutura do Ministério do Meio Ambiente. Ele é produto da construção coletiva e foi orientado pelas boas práticas prospectadas em organizações públicas e privadas.

Governo Federal

Presidente da República

Jair Messias Bolsonaro

Ministro de Estado do Meio Ambiente

Ricardo Salles

Coordenação e Supervisão Geral

Secretária Executiva

Ana Pellini

Diretor de Gestão Estratégica

Elias Begnini

Equipe Responsável

Coordenador-Geral de Planejamento Institucional

Gustavo Oliveira dos Anjos

Técnicos

Américo Gonçalves - Analista Ambiental

Elzivam de Sousa Carvalho - Analista Ambiental

Flávia Cristianne Viera e Silva - Assistente técnico

Fotos

Fernando Tatagiba/ICMBio

Gilberto Soares/MMA

Paulo Araújo/MMA

Diagramação e Design Gráfico

Américo Gonçalves



Relatório
de **GESTÃO**
Integrado

2018